

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	4
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	14
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	15
1.5 Principais clientes	16
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	17
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	18
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	19
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	20
1.10 Informações de sociedade de economia mista	21
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	22
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	23
1.13 Acordos de acionistas	24
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	25
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	26
1.16 Outras informações relevantes	27
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	28
2.2 Resultados operacional e financeiro	38
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	40
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	41
2.5 Medições não contábeis	42
2.6 Eventos subsequentes as DFs	43
2.7 Destinação de resultados	44
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	45
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	46
2.10 Planos de negócios	47
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	49
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	50
3.2 Acompanhamento das projeções	51

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	52
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	66
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	67
4.4 Processos não sigilosos relevantes	68
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	73
4.6 Processos sigilosos relevantes	74
4.7 Outras contingências relevantes	75
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	76
5.2 Descrição dos controles internos	77
5.3 Programa de integridade	78
5.4 Alterações significativas	81
5.5 Outras informações relevantes	82
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	83
6.3 Distribuição de capital	85
6.4 Participação em sociedades	86
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	87
6.6 Outras informações relevantes	88
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	89
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	90
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	91
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	92
7.4 Composição dos comitês	98
7.5 Relações familiares	99
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	100
7.7 Acordos/seguros de administradores	101
7.8 Outras informações relevantes	102
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	103

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	104
8.3 Remuneração variável	105
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	106
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	107
8.6 Outorga de opções de compra de ações	108
8.7 Opções em aberto	109
8.8 Opções exercidas e ações entregues	110
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	111
8.10 Outorga de ações	112
8.11 Ações entregues	113
8.12 Precificação das ações/opções	114
8.13 Participações detidas por órgão	115
8.14 Planos de previdência	116
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	117
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	118
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	119
8.18 Remuneração - Outras funções	120
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	121
8.20 Outras informações relevantes	122
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	123
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	124
9.4 Outras informações relevantes	125
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	
10.1 Descrição dos recursos humanos	126
10.2 Alterações relevantes	127
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	128
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	129
10.5 Outras informações relevantes	130
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	131

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	132
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	133
11.3 Outras informações relevantes	134
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	135
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	136
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	137
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	139
12.5 Mercados de negociação no Brasil	140
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	141
12.7 Títulos emitidos no exterior	142
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	143
12.9 Outras informações relevantes	144
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	145
13.1 Declaração do diretor presidente	146
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	147
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	148
13.2 Declaração do diretor presidente	149
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores	150

1.1 Histórico do emissor

A Concessionária da Rodovia MG-050 S.A. (“Companhia” ou “Nascentes das Gerais”) é uma Sociedade de Propósito Específico, que foi constituída em 16 de maio de 2007, tendo iniciado suas atividades pré-operacionais em 22 de maio de 2007. O objeto social da Companhia é executar atividades abrangidas pelo Contrato de Concessão Patrocinada SETOP nº 007/2007, conforme aditado, celebrado com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade - SEINFRA (“SEINFRA”), anteriormente Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (“SETOP”), com interveniência anuência da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG (“CODEMIG”) e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG (“DERMG”), referente ao Edital de Concorrência nº 070/2006 (“Contrato de Concessão” e “Edital de Concorrência”, respectivamente).

A Companhia é a primeira Parceria Público Privada do Setor de concessões rodoviárias no Brasil e tem como atividade a operação, a ampliação e a manutenção das rodovias que compreendem o trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) – Itaúna - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso da Rodovia MG-050, o trecho de entroncamento MG050 e BR-265, BR-491, do Km 0,00 ao Km 4,65 e o trecho São Sebastião do Paraíso – divisa MG/SP da Rodovia BR-265 (em conjunto, o “Sistema Nascentes das Gerais”), mediante concessão na modalidade patrocinada.

O Contrato de Concessão tem como objetivo a execução e a gestão dos serviços delegados, o apoio na execução dos serviços não delegados e a gestão e fiscalização dos serviços complementares pelo prazo de 25 anos, com início em junho de 2007, sendo que as cláusulas contratuais vêm sendo devidamente cumpridas.

Em 11 de maio de 2017 foi homologada a versão definitiva do Termo Aditivo nº 7 (“TA07”) do Contrato de Concessão, que teve como objeto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio principalmente de:

(i) atualização do cronograma de execução das intervenções obrigatórias para reequilíbrio econômico-financeiro; (ii) reconhecimento do valor a receber de contraprestação pecuniária com a respectiva atualização monetária, que será compensado para a conclusão de todos os processos em arbitragem junto ao Poder Concedente e demais processos administrativos, bem como regularização dos pagamentos futuros de contraprestação pecuniária.

Após a homologação do TA07 definitivo, a Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes do contrato de concessão patrocinada:

- Duplicação do trecho compreendido entre o km 57,6 e o km 61,1, localizado no município de Juatuba, com implantação de uma passagem inferior de veículos e de pedestres e duas passagens inferiores de pedestres, além de vias marginais (concluída);
- Duplicação do trecho compreendido entre o km 61,1 e o km 66,9, localizado entre os municípios de Juatuba e Mateus Leme, com implantação de três passagens inferiores de veículos e de pedestres, um dispositivo de retorno com uma passagem superior, três passagens inferiores de pedestres e uma passarela de pedestres (concluída);
- Duplicação do trecho compreendido entre o km 69,1 e o km 72,8 e km 73,4 ao km 75,7, localizado no município de Mateus Leme, com implantação de dois dispositivos de retorno em nível (concluída).
- Passarela de pedestres km 62,8 (concluída);
- Passarela de pedestres km 73,3 (concluída);
- Duplicação do km 84,8 ao km 89,3, localizado no município de Itaúna, com implantação de 03 interseções com execução de duas passagens inferiores de veículos e pedestres e 01 passagem superior, e implantação de dispositivo de retorno em nível (concluída);
- Passarela de pedestres km 85,3 (concluída);

1.1 Histórico do emissor

- Duplicação do km 120,9 ao km 122,4, localizado no município de Divinópolis, com Implantação de Ponte sobre o Rio Itapecerica e Passagem Inferior para travessia de Pedestres no km 122 (concluída);
- Duplicação do km 124,9 ao km 127,2, localizado no município de Divinópolis, com implantação de Interseção para acesso à BR-491 com execução de passagem inferior de veículos e pedestres (concluída);
- Duplicação do trecho compreendido entre o km 200,3 e o km 201,8, localizado no município de Formiga, com implantação de dois dispositivos de retorno em nível (concluída);
- Alteração de traçado e greide travessia do município de Córrego Fundo com implantação de ponte, do km 212,4 ao km 213,15 com 0,75 km de extensão (concluída);
- Duplicação no trecho compreendido entre o km 263,4 ao km 264,2 localizado no município de Piumhi, com implantação de um dispositivo de retorno em nível (concluída);
- Interseção em dois níveis acesso a Alpinópolis/MG-446 km 330,8 ao km 331,4 (concluída);
- Duplicação do km 372,4 ao km 373,8, localizado no município de Itaú de Minas, com implantação de Interseção a MG-344/Cássia e fábrica Itaú com execução de passagem inferior de veículos e pedestres (concluída);
- Realização de 26,4km de Adequações Geométricas, com correções do traçado da rodovia (concluída);
- Implantação de 29,3 km de acostamentos ao longo da rodovia (concluída);
- Implantação de 71,8 km de terceiras faixas na rodovia (concluída);
- Execução de 07 dispositivos em nível (concluída);
- Duplicações ao longo da rodovia totalizando 28,0 km;
- Correções de traçado ao longo da rodovia, totalizando 7,4 km;
- Implantação de terceiras faixas ao longo da rodovia, totalizando 29,9 km;
- Implantação de interseções, rotatórias alongadas, dispositivos em nível e em desnível ao longo da rodovia, totalizando 23,0 km.

Rodovia BR-491

- Duplicação do trecho compreendido entre o km 1,50 e o km 4,45, localizado no município de São Sebastião do Paraíso, com implantação de dois retornos em desnível, duas passagens superiores e duas passarelas para travessia de pedestres (concluída).

Rodovia BR-265

- Realização de 7,5 km de Adequações Geométricas, com correções do traçado (concluída);
- Implantação de 21,9 km de acostamentos (concluída);
- Implantação de 18,6 km de terceiras faixas (concluída).

1.1 Histórico do emissor

A figura abaixo destaca sobre o mapa do Estado de Minas Gerais o mapa do trecho concedido:



As atividades da Companhia estão sujeitas à fiscalização do Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da SEINFRA e do DERMG.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Praças de Pedágio Administradas pela Companhia

A Companhia possui 6 praças de pedágio, cuja localização e detalhes das tarifas vigentes em 31 de dezembro de 2023 são mencionados nas tabelas abaixo:

Praça de Pedágio	Tarifa vigente
P1 – Itaúna	7,90
P2 - São Sebastião do Oeste	7,90
P3 - Córrego Fundo	7,90
P4 – Piumhi	7,90
P5 – Passos	7,90
P6 – Pratápolis	7,90

As tarifas de pedágio cobradas dos usuários do Sistema Nascentes das Gerais são predefinidas no Contrato de Concessão, com previsão de reajuste anual no mês de junho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (pelo período de 12 meses) ocorrida até 30 de abril. Os cálculos dos valores atualizados das tarifas básicas de cada praça de pedágio são elaborados pela Companhia em conformidade com a metodologia especificada no Contrato de Concessão e apresentados à apreciação do DERMG, para verificação da consistência da atualização. Posteriormente, os cálculos são encaminhados para aprovação pelo Poder Concedente.

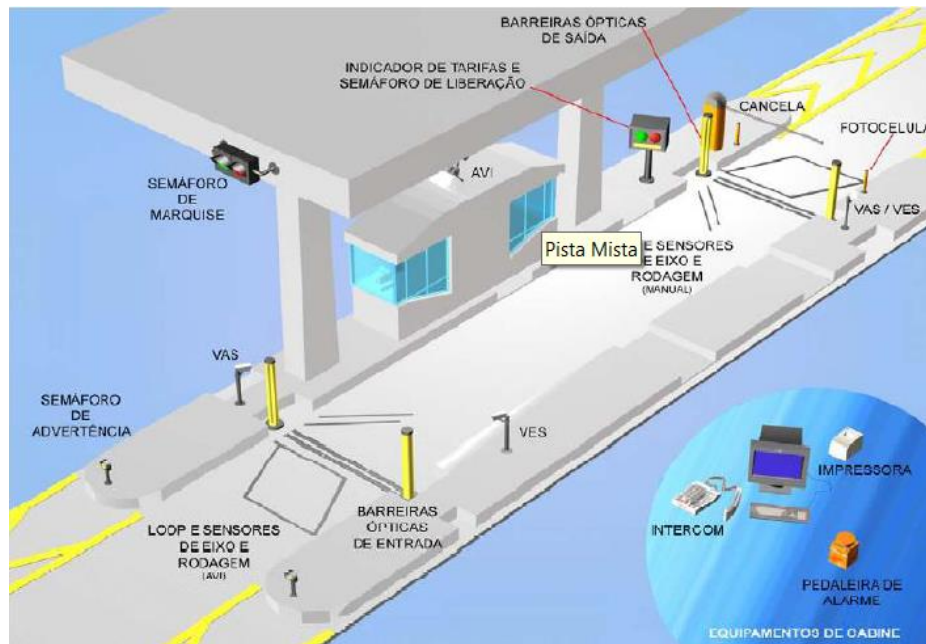
Em 16 de abril de 2015 foi sancionado o Decreto Federal 8.433/2015, o qual dispõe sobre a isenção de cobrança de eixos suspensos de veículos de transporte de carga que circulam vazios. De acordo com o contrato de concessão patrocinada, a Sociedade possui o direito a recomposição do reequilíbrio contratual na equivalente medida dos impactos financeiros provenientes da aplicabilidade do referido decreto.

As tarifas de pedágio efetivamente cobradas pela Companhia são o resultado do produto da tarifa básica de pedágio pelo fator multiplicador da tarifa correspondente a cada categoria de veículo. A classificação é feita de acordo com o tipo, o número de eixos do veículo e rodagem, conforme quadro abaixo:

Categoria	Tipo de Veículo	Nº de Eixos	Rodagem	Multiplicador de Tarifa
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	simples	1
2	Caminhão leve, ônibus, caminhão trator e furgão	2	dupla	2
3	Caminhão trator, caminhão trator com semi reboque e ônibus	3	dupla	3
4	Caminhão com reboque, caminhão trator com semi reboque	4	dupla	4
5	Caminhão com reboque, caminhão trator com semi reboque	5	dupla	5
6	Caminhão com reboque, caminhão trator com semi reboque	6	dupla	6
7	Automóvel ou caminhonete com semi reboque	3	simples	1,5
8	Automóvel ou caminhonete com reboque	4	simples	2
9	Motocicleta, motoneta e bicicleta a motor	2	simples	0,5

Os valores de tarifas e receitas acessórias são fixados e reajustados de acordo com fórmula fixada pelo Poder Concedente e dependem de homologação do Poder Concedente. A imagem a seguir demonstra o controle feito nas cabines de pedágio da Companhia:

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Histórico do Volume de Tráfego do Sistema Nascentes das Gerais

A Companhia mede o tráfego das suas rodovias com base no número total de eixos equivalentes¹ para cada praça de pedágio. Nos termos do Contrato de Concessão, a unidade de eixo equivalente é usada como base para cobrança das tarifas de pedágio e é calculada adicionando-se aos veículos leves (passeio), os veículos pesados (comerciais) multiplicados pelos respectivos números de eixos. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado. Os veículos são medidos automaticamente por um sensor em cada praça de pedágio que detecta o número de eixos do veículo.

A tabela abaixo indica o volume do tráfego em eixos equivalentes da Companhia desde 2013 (em milhares de eixos equivalentes):

Categoria	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Leves	9.211	9.655	9.655	9.728	10.214	10.104	10.427	9.245	9.834	10.253	11.433
Pesados	11.618	11.570	10.631	11.298	11.289	11.665	12.289	12.527	14.400	14.701	15.846
Total	20.829	21.225	20.286	21.026	21.503	21.770	22.716	21.772	24.234	24.954	24.954

Categoria	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Leves	44%	45%	48%	46%	48%	46%	46%	42%	41%	41%	42%
Pesados	56%	55%	52%	54%	52%	54%	54%	58%	59%	59%	58%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

O Contrato de Concessão prevê o compartilhamento dos riscos relacionados à demanda de tráfego nas rodovias, em relação ao volume projetado no estudo de tráfego do edital, na proporção de 50% para a Companhia e de 50% para o DER/MG. De acordo com Contrato de Concessão, o tráfego acumulado realizado desde o início da Concessão será comparado ao tráfego acumulado projetado no estudo de tráfego do edital. Sobre as diferenças apuradas, serão aplicadas as seguintes regras:

¹ Eixo equivalente pagante é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus, são convertidos em eixo equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

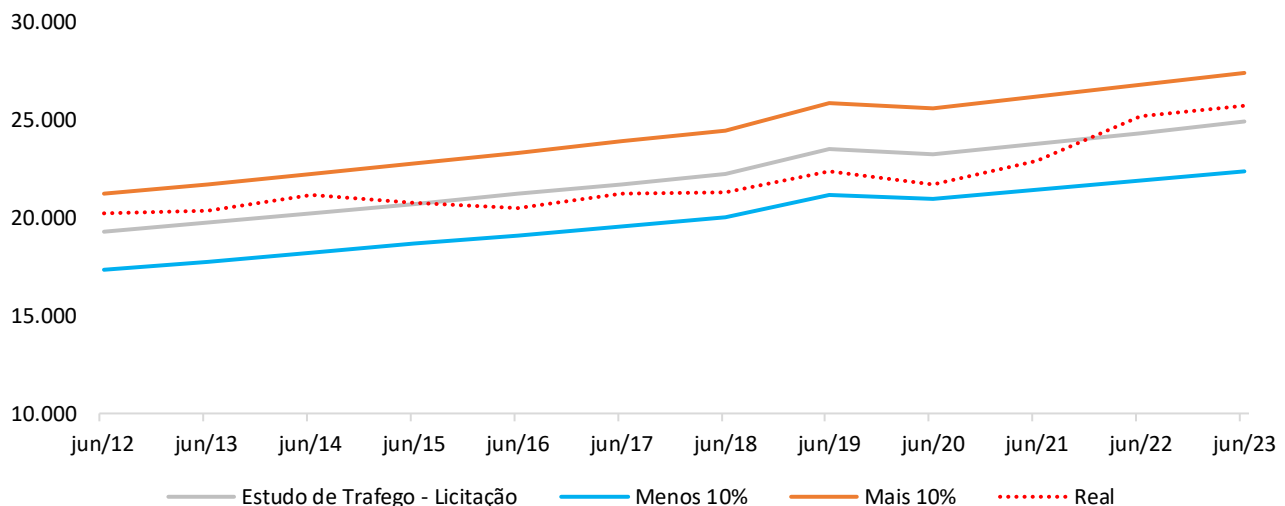
Variações do tráfego a maior:

- Dentro da faixa de 10%, reverterão integralmente para a Companhia.
- Verificadas acima da faixa de 10%, serão compartilhadas entre a concessionária e o DER/MG, na proporção de 50% para cada uma, sendo o montante de receitas a ser compartilhado com o DER/MG, compensada mediante a redução proporcional da Contraprestação.

Variações do tráfego a menor:

- Dentro da faixa de 10%, serão integralmente assumidas pela concessionária, e não ensejarão a revisão do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.
- Abaixo da faixa de 10%, serão compartilhadas entre a concessionária e o DER/MG, na proporção de 50% para cada uma, mediante a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Ano Concessão	jun/12	jun/13	jun/14	jun/15	jun/16	jun/17	jun/18	jun/19	jun/20	jun/21	jun/22	jun/23
Estudo de Tráfego - Licitação	19.295	19.770	20.252	20.740	21.234	21.737	22.246	23.527	23.287	23.821	24.362	24.912
Menos 10%	17.366	17.793	18.227	18.666	19.111	19.563	20.021	21.175	20.958	21.439	21.926	22.421
Mais 10%	21.225	21.747	22.277	22.814	23.357	23.911	24.471	25.880	25.616	26.203	26.798	27.403
Real	20.248	20.399	21.155	20.772	20.538	21.268	21.343	22.417	21.687	22.909	25.176	25.772



Vantagens Competitivas da Companhia

A Companhia acredita possuir as seguintes vantagens competitivas:

Experiência dos administradores e acionistas controladores

A Companhia conta com administradores que possuem larga experiência no setor de infraestrutura brasileira. Todos com capacidade de implementar e executar as estratégias e os planos de negócios, sempre respeitando os termos do Contrato de Concessão.

A AB Concessões (acionista controladora) está sediada em São Paulo – Capital e tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades como acionista ou quotista, cujo objeto social seja a exploração de rodovias por meio de concessões públicas, ou por meio de outras modalidades de investimento, como a subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários emitidos por sociedades direta ou indiretamente atuantes no setor de concessões rodoviárias.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A AB Concessões é uma holding controlada pela Mundys (nova razão social da Atlantia), atualmente o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália e que, em conjunto com suas subsidiárias, caracteriza-se por um dos maiores players do segmento no mundo, atuando na gestão de mais de quatorze mil quilômetros de rodovias na Itália, França, Espanha, Polônia, Brasil, Chile, Argentina, México, Porto Rico e Índia.

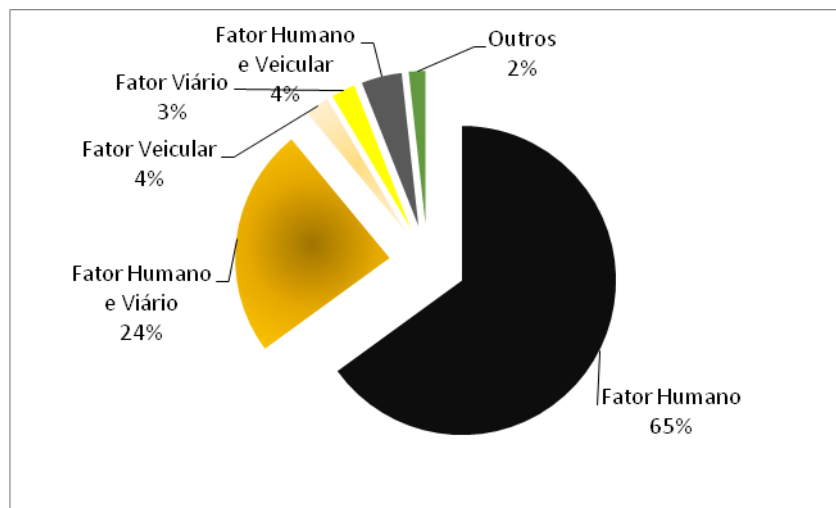
A controladora AB Concessões é responsável pelas concessionárias AB Nascentes das Gerais (100%), Rodovias das Colinas (100%), Triângulo do Sol (100%) (Até 30 de abril de 2023) e Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (50%).

Área de influência direta no tráfego da Companhia

A área de influência do Sistema Nascentes das Gerais abrange a região metropolitana de Belo Horizonte, regiões sul e centro-oeste de Minas Gerais, ligando polos localizados na região metropolitana de Belo Horizonte, regiões sul e centro-oeste de Minas Gerais, totalizando 50 municípios. Os principais municípios influenciados por esse corredor são: Juatuba, Divinópolis, Formiga, Passos, Itaúna, Piumhi e São Sebastião do Paraíso. A região tem na mineração e na siderurgia a sua principal fonte de receita. O setor têxtil também tem grande impacto na economia da região, principalmente na cidade de Divinópolis.

Segurança Viária

Segundo estudos, os acidentes de trânsito ocorrem basicamente devido a 3 elementos principais, a saber: (I) fatores humanos, (II) viário e ambiental e (III) veicular, que colaboram isoladamente ou relacionados entre si para a ocorrência de acidentes. A figura a seguir ilustra, no Brasil, a influência de cada um dos fatores, assim como a combinação dos mesmos de forma geral.



Fonte: Estudo “Método de avaliação da segurança potencial de segmentos rodoviários rurais de pista simples”, de Nodari e Lindau (2004), apresentado em Nova York no XIII Congresso Panamericano de Engenharia de Trânsito e Transporte.

Por fator viário, entendemos o ambiente por onde passa o fluxo de veículos e sua infraestrutura. De acordo com o mencionado estudo, quando considerada como causa única dos acidentes, o fator viário é responsável por apenas 2,5% das ocorrências. Contudo, os acidentes que decorrem da combinação de outros fatores com o viário chegam a 28,25% do total de ocorrências, ainda segundo o mesmo estudo.

As condições de segurança viária, via de regra, estão diretamente relacionadas à geometria e traçado das pistas, estado técnico e superfície do pavimento, estado técnico e credibilidade da sinalização, presença e

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

estado técnico dos acostamentos, condições de drenagem, presença de obstáculos protetivos laterais, condições de iluminação, existência de estruturas adequadas à travessia das vias para pedestres e ciclistas, presença ou não de animais de grande porte nas proximidades da rodovia e respectivas ações de prevenção, dentre outros.

Os investimentos previstos no Sistema Nascentes das Gerais, em sua grande maioria, trarão significativas melhorias para a segurança viária. Os projetos de duplicação de trechos urbanos das rodovias embutem a construção de dispositivos (trevos, viadutos e passarelas) que vão eliminar os cruzamentos em nível, tanto para veículos como para pedestres. Esses trechos são naturais concentradores de tráfego e, por conseguinte, de ocorrências e são prioritários para receberem intervenções. Da mesma forma, a construção de faixa adicional nos principais aclives de toda extensão das rodovias atua diretamente na redução de acidentes ao facilitar as ultrapassagens pela criação de faixa para os veículos mais lentos, mormente veículos pesados. As correções de curvas, principalmente considerando as condições peculiares das rodovias, são obras muito importantes para a redução de acidentes graves. Assim como a implantação de faixas adicionais, a adequação da geometria das curvas contribui para a diminuição de ocorrências de colisões frontais e do número de vítimas fatais.

Serviços de Segurança do Tráfego

Nos termos do Contrato de Concessão, o serviço de atendimento de urgência a acidentes nas rodovias é de responsabilidade do Poder Concedente, por meio de unidades de corpo de bombeiros sediadas em cidades localizadas ao longo das Rodovias, incluindo atendimento médico no local, a remoção dos acidentados e a internação em unidades de pronto socorro e hospitais da região, cabendo à Companhia colaborar com as unidades de resgate para que o atendimento de urgência a acidentes se faça com a maior brevidade possível e fornecer veículos e equipamentos às unidades de corpo de bombeiros, em quantidades específicas, estabelecidas no Contrato de Concessão.

Informações de Tráfego

A Companhia detém vários sistemas de informações de tráfego ao usuário, tais como números de discagem gratuita em todo o Sistema Nascentes das Gerais (através do 0800 202 0505) e página na *Internet* com o mesmo fim.

Produtos e Serviços Prestados e Participação na Receita Total

Atualmente, quase toda a receita da Companhia advém das tarifas cobradas nos pedágios e apenas 10,2% da receita advém da Contraprestação Pecuniária paga pela SEINFRA à Companhia, conforme previsto no Contrato de Concessão.

O pagamento da Contraprestação Pecuniária, pela SEINFRA à Companhia é garantido pela parcela das receitas provenientes da distribuição de lucros da Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia ("CBMM") para a CODEMIG, que é mantida em conta vinculada, observado o valor mensal da Contraprestação Pecuniária. No caso de não pagamento da Contraprestação Pecuniária, a Companhia deve notificar a CODEMIG, para que esta determine ao banco no qual fica mantida a conta vinculada que efetue o pagamento da importância devida à Companhia.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Propriedade Intelectual

Marcas:

A Companhia não possui marcas nem outros direitos de propriedade intelectual cuja ausência pudesse acarretar um efeito adverso na operação de seus negócios.

Patentes:

A Companhia não possui patentes nem outros direitos de propriedade intelectual cuja ausência pudesse acarretar um efeito adverso na operação de seus negócios.

Nomes de Domínio:

A Companhia é titular dos nomes de domínio “abnascentes.com.br”, “abnascentedasgerais.com.br”, “nascentesmg.com.br” e “nascentesnet.com.br” registrados junto ao Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br (NIC.br), órgão responsável no Brasil pelo registro de nomes de domínio. Todos os domínios estão vigentes.

Aspectos Ambientais

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais nos níveis municipal, estadual e federal. Essas normas estabelecem procedimentos e obrigações relativas, por exemplo, à geração de ruído, áreas protegidas, desmatamento e destinação de resíduos sólidos.

No intuito de estabelecer a implantação e a operação das rodovias no Brasil, as concessionárias de rodovias devem seguir procedimentos administrativos relativos à concessão de licenças ambientais. De acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente (delineada na Lei Federal nº 6.938/81) a implantação, a operação e a ampliação de empreendimentos e/ou atividades que poluam ou que potencialmente possam vir a poluir, bem como aquelas que, de qualquer forma, causem ou possam causar degradação ambiental, dependem de prévio licenciamento do órgão ambiental competente. As licenças estabelecem as condições, restrições e medidas de fiscalização aplicáveis ao empreendimento, devendo ser periodicamente renovadas.

O procedimento administrativo de licenciamento ambiental compreende 3 etapas, seguindo a Resolução nº 237/97 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA):

- (i) Licença Prévia (LP): concedida durante a fase preliminar de planejamento do empreendimento, e estabelece (a) a aprovação para localização e concepção do empreendimento; (b) a viabilidade ambiental do empreendimento; e (c) os requisitos básicos a serem atendidos durante as fases subsequentes de implementação do empreendimento;
- (ii) Licença de Instalação (LI): autoriza a instalação do empreendimento, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados pelas autoridades, incluindo as medidas de controle ambiental; e
- (iii) Licença de Operação (LO): autoriza a operação do empreendimento, após (a) o efetivo cumprimento das condições estabelecidas nas licenças descritas acima; e (b) confirmação pelas autoridades de que as medidas de controle ambiental requeridas tenham sido cumpridas.

A Companhia tem em trâmite junto ao órgão ambiental competente alguns processos de licenciamento ambiental voltados a autorizar a implantação de novas obras e intervenções necessárias ao exercício de suas atividades, bem como para a operação do sistema rodoviário, e deve cumprir com todas as

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

condicionantes e exigências técnicas das licenças ambientais obtidas, assim como às medidas de monitoramento, compensatórias e/ou mitigadoras que lhes venham a ser impostas pelo órgão licenciador.

Responsabilização ambiental:

Além da responsabilidade penal e da obrigação de reparar possíveis danos ambientais ou de pagar a indenização correspondente, quando os danos forem irreparáveis, sejam estes causados diretamente pela Companhia ou seus contratados e parceiros, a não obtenção das licenças ambientais necessárias, a inobservância das determinações dos órgãos ambientais ou o não cumprimento das leis e regulamentações ambientais aplicáveis, poderão resultar na responsabilização administrativa da Companhia. As sanções que podem ser impostas pela prática de eventuais crimes e infrações ambientais incluem, dentre outras:

- (i) a imposição de multas que, no âmbito administrativo, de acordo com a gravidade dos fatos e antecedentes, podem ser agravadas em caso de reincidência;
- (ii) a suspensão ou interdição de atividades do respectivo empreendimento;
- (iii) a perda de benefícios, tais como suspensão de financiamentos e não habilitação para certificação e concorrência, e incentivos fiscais;
- (iv) a perda da licença ambiental (licença de instalação ou licença de operação); e
- (v) aprisionamento.

Os administradores, sejam eles diretores, gerentes, coordenadores e outras pessoas físicas que atuem como prepostos ou mandatários da Companhia, se concorrerem para a prática de crimes ambientais atribuídos à Companhia, estão sujeitos, na medida de sua culpabilidade, a penas restritivas de direitos e privativas de liberdade.

No Brasil, os danos ambientais desencadeiam a responsabilidade civil solidária e objetiva. Isso significa que a obrigação de reparação poderá afetar a todos aqueles que direta ou indiretamente derem causa à violação ou contaminação, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Dessa forma, tanto as atividades potencialmente poluidoras do meio ambiente desenvolvidas pela Companhia, quanto a contratação de terceiros para proceder a qualquer serviço em empreendimentos da Companhia, incluindo, por exemplo, a supressão de vegetação e o tratamento e a destinação final de resíduos sólidos, não isenta a Companhia de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pela própria Companhia e pelos terceiros contratados, caso estes não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais.

Adicionalmente, a legislação ambiental prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica da Companhia, sempre que esta for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

Termos de compromisso ou de ajustamento de conduta podem ser celebrados com as autoridades ambientais competentes ou com o Ministério Público caso sejam detectadas desconformidades ambientais durante as instalações ou na operação da Companhia. O descumprimento das obrigações assumidas em termos de compromisso ou de ajustamento de conduta pode resultar na imposição de multas, bem como na execução judicial de tais instrumentos.

Responsabilidade Socioambiental

Seguindo um sistema de gestão que maximiza o conceito de responsabilidade social, a AB Concessões investe em ações que valorizam a comunidade e o meio ambiente. Portanto, o investimento social privado do Grupo é direcionado especialmente para programas que valorizam a integridade, a segurança nas estradas e o bem-estar dos usuários e da comunidade de forma eficaz. Assim, realiza um trabalho de

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

inteligência, no qual é produzido um estudo detalhado dos eventos no perímetro da malha rodoviária concedida e que tem sido a base para o desenvolvimento de projetos focados na redução de acidentes. A pesquisa mostra os principais pontos críticos dessas estradas.

Com base nesses dados, uma equipe de profissionais altamente qualificados identifica as causas prováveis e elabora a estratégia a ser aplicada para evitar novos acidentes. Há também programas de redução e prevenção de acidentes, um trabalho preventivo no qual as concessionárias fazem investimentos em segurança viária em pontos que são diagnosticados como críticos. Os programas também promovem campanhas educativas em parceria com a Polícia Rodoviária.



Com foco nos caminhoneiros, a AB Nascentes das Gerais realiza ações gratuitas em diversas partes da malha rodoviária concedida. Na campanha Caminhoneiro na Via, estão disponíveis atividades para os caminhoneiros, como medição da pressão arterial, teste de diabetes, teste de bioimpedância e corte de cabelo. Além disso, os motoristas recebem orientações sobre direção segura, inspeção veicular e elétrica dos caminhões.



A AB Nascentes das Gerais leva a campanha Motociclista na Via a pontos com alta concentração de motociclistas. Nestes locais, itens de segurança são verificados nas motocicletas, há a distribuição de folhetos com dicas de direção segura e fixação de adesivos refletivos em capacetes.



Os pedestres também estão sob os holofotes da concessionária. A campanha Pedestre na Via distribui panfletos com dicas de prevenção para evitar atropelamentos. Um café da manhã é oferecido aos usuários nas passarelas, que são instruídos a usar com prudência os cruzamentos sinalizados existentes nas rodovias bem como as passarelas.



Agentes em destaque nas rodovias, os usuários recebem atenção especial na campanha Usuário na Via, que visa reduzir o número de acidentes e aumentar a segurança nas rodovias. Ao longo do ano, com ênfase em feriados, férias e outras datas em que há maior fluxo de veículos nas estradas, intensifica-se o número de palestras, blitzes de informação e saúde e distribuição de folhetos com conteúdo de segurança, meio ambiente, entre outros.



Todos sabem que as crianças e jovens de hoje serão os impulsionadores do amanhã. Por isso, a AB Nascentes das Gerais desenvolve a campanha "Educação na Via", que investe em ações de conscientização de crianças e jovens. Com o apoio da Polícia Rodoviária, crianças e adolescentes são informados das medidas de proteção ao

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

usar as rodovias. Essas atividades acontecem em escolas, quando equipes devidamente treinadas levam as informações aos alunos e professores.



Com esta campanha, as propriedades lindeiras são visitadas pelas equipes do AB Nascentes das Gerais a fim de alertar os moradores sobre a importância da instalação de cercas para que seus animais não invadam a pista. Dentro do Comunidade na Via, os colaboradores (diretos e indiretos) também recebem orientações, por meio de palestras, sobre conservação ambiental, segurança, educação no trânsito e saúde. As empresas situadas às margens da rodovia também são visitadas e recebem orientações, por meio de palestras, sobre educação e segurança no trânsito.

Concorrência

Há duas formas principais de concorrência: outros modais de transporte e rodovias não pedagiadas. O Sistema Nascentes das Gerais não possui um concorrente para o sistema como um todo. Todavia, há trechos de concessão da Companhia que sofrem concorrência com outras rodovias, pedagiadas ou não.

Cenário Atual:

Outros meios de transporte, especialmente aéreo e ferroviário, também representam concorrência. Entretanto, historicamente, o transporte rodoviário predomina como meio de transporte de passageiros e transporte de cargas.

Relacionamento com Fornecedores e Clientes

A Companhia, para cumprir com suas obrigações decorrentes do Contrato de Concessão, contrata fornecedores para a prestação de serviços relacionadas à execução de obras, conservação e operação do Sistema Nascentes das Gerais, bem como fornecimento de equipamentos e sistemas necessários.

Por ser uma concessionária de serviços públicos, a Companhia não tem clientes, mas sim usuários. O relacionamento da Companhia com seus Fornecedores e Usuários é norteado pelos princípios de integridade e transparência.

Recursos Humanos e Geração de Empregos

Atendendo sua diretriz de valorizar a mão de obra regional, a Companhia tem priorizado a geração de empregos entre moradores das cidades abrangidas pelo Sistema Nascentes das Gerais.

Atualmente, a Companhia gera, em toda a região de influência de suas rodovias, 340 empregos diretos, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 22 municípios do entorno das rodovias sob sua administração. A Companhia compartilha que a média de Turnover, ou seja, referente a rotatividade 2022 foi 1,89% que está de acordo com os modelos de mercado para a região. E mesmo no período mais crítico da pandemia preservou as vagas de trabalho sem necessidades de diminuir Headcount.

A Companhia

Preocupada com a capacitação de seus funcionários para o exercício de suas funções, e com o objetivo de aprimorar a qualidade e o desempenho individual, a Companhia investe no desenvolvimento de sua equipe, com programas de incentivo a formação superior e treinamentos diversos.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Pessoal

O vínculo sindical mantido pela Companhia é com o Sindicato Federação Nacional dos Empregados nas Empresas Concessionárias do Ramo de Rodovias Públicas, Estradas em Geral e Pedágios.

Não houve greve ou qualquer paralisação das atividades nos últimos anos. Não há atualmente nenhuma reivindicação trabalhista relevante pendente contra a Companhia, no tocante às relações com o sindicato.

Acordo Coletivo de Trabalho ainda em negociação, aplicado antecipação de reajuste para o período 2023/2024 em 5,00%, para todas as cláusulas econômicas que envolve salário, vale alimentação/refeição e auxílio creche. O salário normativo da categoria foi reajustado para R\$ 1.473,29.

A Companhia confere aos seus colaboradores, nos termos de sua política de benefícios, assistência médica, seguro de vida, assistência odontológica, vale refeição/alimentação, transporte fretado, vale transporte convênio farmácia, além de benefícios natalinos, como presentes entregues filhos de colaboradores e cestas de natal. Esses programas estão em conformidade com as práticas de mercado, exigências legais e acordos coletivos de trabalho.

Não há planos de opção de compra de ações internamente.

Adicionalmente, os programas da Companhia relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho (PCMSO e PGR) estão em conformidade com a legislação.

Treinamentos e Desenvolvimento profissionais

A Companhia investe continuamente em seu capital humano, proporcionando desenvolvimento profissional e pessoal. Entre os programas de desenvolvimento humano estão o programa de incentivo à formação que abrange os níveis de graduação, pós-graduação e idiomas, e treinamentos específicos para a função, alcançando todos os níveis hierárquicos da Companhia.

O Plano de Gestão Social

O Plano de Gestão Social (PGS) regula e executa as ações sociais previstas no contrato de concessão. Essas ações são, em sua maioria, educativas e distribuídas em seis programas distintos, sendo cada um deles voltados para um tipo de público. Essas ações podem acontecer em empresas e escolas situadas em até cinco quilômetros do eixo da rodovia ou em Blitz Educativas diretamente nela. O objetivo do PGS é proporcionar às comunidades que vivem na área de influência da rodovia, conhecimento sobre Educação para o Trânsito e Educação Ambiental, sensibilizando os usuários para adoção de comportamento seguro ao longo dos municípios do Sistema MG-050. O PGS possibilita ainda o relacionamento transparente entre a concessionária e a sociedade, por meio dos canais de comunicação, como forma de informar sobre as modificações e resultados das obras de melhorias na infraestrutura rodoviária.

Muitas dessas ações são realizadas em parcerias com órgãos públicos como o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER/MG), Polícia Militar Rodoviária, Corpo de Bombeiros Militar, Superintendências Regionais de Ensino e Secretarias Municipais de Educação, de Trânsito e Meio Ambiente.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

1.5 Principais clientes

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Item 1.6 Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

ii. em favor de partidos políticos

iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não aplicável.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9. Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:	CONSIDERAÇÕES/ OBSERVAÇÕES
a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade	Não Aplicável
b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento	Não Aplicável
c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso	Não Aplicável
d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado	Não Aplicável
e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor	Não Aplicável
f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor	Não Aplicável
g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas	Não Aplicável
h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas	Não Aplicável
<p>i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. a não divulgação de informações ASG ii. a não adoção de matriz de materialidade iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa 	<p>Apesar de o emissor não divulgar, a Mundys (nova razão social da Atlantia) acionista da AB Concessões responsável pela concessionária, divulga informações ASG em Relatório Anual do Grupo na Itália. No Brasil, o Grupo AB ainda não divulga individualmente, mas participa do reporte e com os dados Brasil, contribuindo para o Relatório da Matriz (Mundys) - https://www.mundys.com/en/investors/results/2023. Há a intenção de divulgar ao mercado um relatório individual para a concessionária.</p>

1.10 Informações de sociedade de economia mista

Não aplicável

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal dos negócios da companhia no exercício de 2023.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Aumento de Capital

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 861.448 mil, representado por 1.471.879.959 ações ordinárias (R\$ 845.448 mil em 31 de dezembro de 2022), sem valor nominal, de propriedade da AB Concessões S.A.

Em 29 de dezembro de 2022, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 24.000 mil com a emissão de 82.758.621 nova ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas nessa data.

Em 28 de dezembro de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 16.000 mil com a emissão de 57.142.857 nova ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas nessa data.

Aquisição

A controladora AB Concessões, em observância a Resolução CVM n.º 44, comunicou por meio de sua controlada, Concessionária da Rodovia MG-050 S.A (“Nascentes das Gerais” ou “Companhia”), seus investidores e o mercado em geral que, em 27 de maio de 2024, concluiu com a VIA APPIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRAESTRUTURA (“Via Appia”), gerido pela Starboard Asset Ltda., a operação que resultou na transferência indireta de 100% da Companhia para a Via Appia.

A conclusão da alienação cumpriu todas as condições precedentes, incluindo a obtenção de aprovações regulatórias e/ou contratuais necessárias para essa Transação.

1.13 Acordos de acionistas

Seção 1.13 – Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas*.

*Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir ao último exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição de valores mobiliários, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

Não houve qualquer modificação no acordo de acionistas no exercício social de 2023.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da companhia no exercício de 2023.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

Não aplicável.

1.16 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

a) condições financeiras e patrimoniais gerais:

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio, bem como cumprir as suas obrigações de curto, médio e longo prazo até o vencimento da concessão.

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital, medida principalmente pela relação entre dívida líquida sobre Patrimônio Líquido apresenta níveis de alavancagem sustentáveis. Abaixo a companhia apresenta seus cálculos de endividamento:

	<u>Exercício encerrado em</u> em milhares de reais 31/12/2023
Patrimônio Líquido	415.953
Endividamento Total ¹	694.266
Dívida Líquida ²	357.367
Índice de Endividamento³	1,67
Dívida Líquida / Patrimônio Líquido	0,86

¹Endividamento Total = Passivo Circulante + Passivo não Circulante

²Dívida Líquida = Debêntures – Caixa e equivalentes de caixa

³Índice de Endividamento = Endividamento Total / Patrimônio Líquido

A Companhia possui índice de endividamento líquido de 1,67 (1,59 em 2022) e possui um saldo de Dívida Líquida no valor de R\$ 357.367 mil em 31 de dezembro de 2023.

A 5ª emissão de debêntures é uma debenture incentivada com vencimento em dezembro de 2030.

A Companhia apresenta abaixo seu índice de liquidez corrente, referente a divisão entre o ativo circulante e o passivo circulante, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023:

	<u>Exercício encerrado em</u> em milhares de reais 31/12/2023
Ativo Circulante	69.743
Passivo Circulante	161.310
Índice de Liquidez Corrente	0,43

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta o valor do ativo circulante inferior ao valor do passivo circulante. Em 2023, sua geração de caixa operacional e aportes de sua controladora somados ao caixa disponível, permitiu que os compromissos fossem honrados.

b) estrutura de capital

O capital social da Companhia é de R\$ 861.448 mil, totalmente subscrito e integralizado, sendo representado por 1.471.879.959 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

A Companhia apresenta abaixo a proporção do capital próprio em relação ao ativo total e a proporção do capital de terceiros sobre o ativo total para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	<u>Exercício encerrado em</u> em milhares de reais 31/12/2023
Patrimônio Líquido	415.953
Ativo Total	1.110.219
Capital próprio sobre Ativo Total	37,5%

	<u>Exercício encerrado em</u> em milhares de reais 31/12/2023
Passivo Circulante + Passivo não Circulante	694.266
Ativo Total	1.110.219
Capital de Terceiros sobre Ativo Total	62,5%

	<u>Exercício encerrado em</u> 31/12/2023
Capital Próprio	37,5%
Capital de Terceiros	62,5%
Relação entre Capital Próprio e de Terceiros	100,0%

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa, sua posição de liquidez e forte estrutura acionária, a Diretoria acredita que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não é garantido que tal situação permanecerá igual.

Abaixo, encontra-se uma tabela demonstrando o endividamento da Companhia (debêntures):

Tipo de Dívida	31/12/2023				Total
	(em milhares de reais)				
	inferior a 1 ano	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	
Garantia Real	30.029	133.532	136.823	123.658	
	30.029	133.532	136.823	123.658	424.042

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes:

As principais fontes de recursos da Companhia são (i) o caixa gerado por meio das suas atividades operacionais; (ii) captações de recursos junto a investidores no mercado de capitais; (iii) aporte de capital.

Parte dos recursos destinados ao desenvolvimento dos serviços delegados pelo contrato de concessão celebrado com o Estado de Minas Gerais foi obtida através do mercado de capitais e de sua própria geração de fluxo de caixa operacional.

Em 04 de junho de 2021, a Companhia efetuou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com vencimento final em 15 de dezembro de 2030, com pagamento de juros semestrais e amortização conforme definido na escritura da emissão. O montante total da emissão foi de R\$ 400.000 mil.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Para fazer frente aos investimentos não-circulantes de longo prazo, a Companhia utilizará sua geração de caixa operacional e aportes de capital e acesso a mercado de capitais para obtenção de recursos, respeitadas as condições da emissão atual de debêntures.

f) níveis de endividamento e características das dívidas:

A tabela abaixo apresenta informações gerais sobre os empréstimos e financiamentos da Companhia (passivo circulante mais passivo não-circulante) referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023:

	Exercício encerrado em
	em milhares de reais
	31/12/2023
Passivo Circulante	161.310
Passivo não circulante	532.956
Endividamento Total	694.266

Empréstimos e Financiamentos

A tabela abaixo apresenta informações sobre os contratos de endividamento financeiro da Companhia, vigentes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023:

Série	Quantidade emitida	Taxas contratuais (%)	Vencimentos	31/12/2023
5ª emissão	400	IPCA a 100% + 5,97% a.a.	dez/30	424.042
				424.042
Custo de transação				(15.922)
Saldo líquido				408.120
Circulante				27.046
Não circulante				381.676

Onde:

CDI: Certificado de Depósito Interbancário

Debêntures Simples

Em 04 de junho de 2021 a Sociedade efetuou a 5ª emissão de debêntures simples no montante total de R\$ 400.000 mil, sendo 400 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000 mil, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, a ser convolada em espécie com garantia real, série única, e são atualizadas monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e mais 5,97% a.a.

As debêntures da 5ª emissão da Sociedade são garantidas por:

1. Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Emissora;
2. Cessão Fiduciária de todos e quaisquer direitos presentes e futuros, decorrentes da exploração da concessão objeto do contrato de concessão;
3. Fiança da controladora AB Concessões S.A.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Companhia possui saldo de Dívida no valor de R\$ 408.120 mil em 31 de dezembro de 2023, como resultado da 5ª emissão de debêntures. Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

A discussão a seguir, sobre a situação financeira, patrimonial e sobre os resultados operacionais da Companhia, deve ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas correspondentes.

As informações financeiras apresentadas abaixo são derivadas de nossas demonstrações financeiras preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A preparação das informações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: projeção da curva de tráfego estimada para o período de concessão para a amortização dos ativos intangíveis, determinação de taxas de desconto a valor presente, utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação da provisão para manutenção e investimentos, determinação de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e o cronograma esperado de desembolsos, elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua, seus efeitos são reconhecidos no período em que são revisadas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A tabela abaixo apresenta as principais linhas referentes ao Balanço Patrimonial da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais).

<u>ATIVOS</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>Var R\$</u>	<u>Var %</u>
CIRCULANTES				
Caixa e equivalentes de caixa	50.753	77.179	-26.426	-34,24%
Contas a receber de clientes	12.360	9.548	2.812	29,45%
Contas a receber do Poder Concedente	1.689	1.729	-40	-2,31%
Impostos a recuperar	2892	3.540	-648	-18,31%
Outros ativos	2.049	1.414	635	44,91%
Total dos ativos circulantes	69.743	93.410	-23.667	-25,34%
NÃO CIRCULANTES				
Outros ativos	11.315	10.369	946	9,12%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	137.684	141.293	-3.609	-2,55%
Depósitos e bloqueios judiciais	15.911	18.897	-2.986	-15,80%
Direito de uso	4.315	771	3544	459,66%
Intangível	841.393	862.344	-20.951	-2,43%
Ativo contratual	29.858	5.463	24.395	446,55%
Total dos ativos não circulantes	1.040.476	1.039.137	1.339	0,13%
TOTAL DOS ATIVOS	1.110.219	1.132.547	-22.328	-1,97%
<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>				
CIRCULANTES				
Debêntures	27.046	42.763	-15.717	-36,75%
Passivo de arrendamento	1641	553	1088	196,75%
Fornecedores	54.765	41.127	13.638	33,16%
Partes relacionadas	2801	909	1892	208,14%
Obrigações sociais e trabalhistas	4.986	4.569	417	9,13%
Obrigações fiscais	3.176	3.165	11	0,35%
Provisão para manutenção e investimentos	65.594	74.446	-8.852	-11,89%
Outras contas a pagar	1.301	2.706	-1405	-51,92%
Total dos passivos circulantes	161.310	170.238	-8.928	-5,24%
NÃO CIRCULANTES				
Debêntures	381.074	381.676	-602	-0,16%
Passivo de arrendamento	2.728	218	2510	1151,38%
Dividendos a pagar	5.785	5.785	0	0,00%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	80.979	65.206	15.773	24,19%
Provisão para manutenção e investimentos	62.390	72.288	-9.898	-13,69%
Total dos passivos não circulantes	532.956	525.173	7.783	1,48%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	861.448	845.448	16.000	1,89%
Reservas de capital	7.401	7.401	0	0,00%
Prejuízos acumulados	-452.896	-415.713	-37.183	8,94%
Total do patrimônio líquido	415.953	437.136	-21.183	-4,85%
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.110.219	1.132.547	-22.328	-1,97%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Ativos

Circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

A conta de caixa e equivalentes de caixa da Companhia passou de R\$ 77.179 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 50.753 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Não circulantes

Intangível e ativo contratual

Ativo contratual (infraestrutura em construção) representado pelos bens vinculados à concessão, durante o período de construção ou de melhoria, que foram reclassificados da rubrica de ativo intangível da concessão para ativo contratual. A infraestrutura em construção representa os ativos de distribuição ainda em formação, cuja obrigação de performance é satisfeita ao longo do tempo em que a mesma é construída.

Passivos

Circulantes

Debêntures

Em 19 de maio de 2021, a Companhia aprovou a 5ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 400.000 mil e, na mesma data, aprovou o resgate da totalidade das debêntures da 1ª série da 4ª emissão de debêntures. A 5ª emissão de debêntures tem o vencimento em 15 de dezembro de 2030.

Patrimônio Líquido

Capital Social

Em 28 de dezembro de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 16.000 com a emissão de 57.142.857 nova ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas nessa data

Em 29 de dezembro 2022, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$ 24.000 mil com a emissão de 82.758.621 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas nessa data.

Em 24 de março 2021, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$ 302.569 mil (mediante a compensação integral da 2ª série da 4ª Emissão no valor de R\$ 287.183 mil e a diferença de R\$ 15.386 mil em dinheiro) com a emissão de 756.421.420 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas nessa data.

Prejuízos Acumulados

A Companhia teve prejuízo contábil no ano de 2023 no valor de R\$ 37.182 mil.

A tabela abaixo apresenta as principais linhas referentes às demonstrações dos resultados da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	2023	2022	Var R\$	Var %
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	275.043	327.892	-52.849	-16,12%
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	-217.863	-320.186	102.323	-31,96%
LUCRO BRUTO	57.180	7.706	49.474	642,02%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Despesas gerais e administrativas	-30.725	-20.037	-10.688	53,34%
Outras receitas operacionais, líquidas	926	79	847	1072,15%
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	27.381	-12.252	39.633	-323,48%
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	9.073	14.095	-5.022	-35,63%
Despesas financeiras	-70.027	-69.772	-255	0,37%
	-60.954	-55.677	-5.277	9,48%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-33.573	-67.929	34.356	-50,58%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - Diferidos	-3.609	31.293	-34.902	-111,53%
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	-37.182	-36.636	-546	1,49%
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	-26,27	-27,49	1,22	-4,44%

Receita Líquida

A tabela abaixo apresenta a composição da receita líquida (em milhares de reais) e sua variação:

	2023	AV%	2022	AV%	Var R\$	Var %
Receita com arrecadação de pedágio	212.093	72,20%	180.984	52,62%	31.109	17,19%
Outras receitas	19.074	6,49%	18.767	5,46%	307	1,64%
Receita de serviços de construção	62.577	21,30%	144.191	41,92%	-81.614	-56,60%
Receita bruta	293.744	100,00%	343.942	100,00%	-50.198	-14,59%
Impostos sobre as receitas:						
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	-10.264	54,88%	-8.759	54,57%	-1.505	17,18%
PIS	-1.502	8,03%	-1.298	8,09%	-204	15,72%
COFINS	-6.935	37,08%	-5.993	37,34%	-942	15,72%
Receita líquida	275.043	100,00%	327.892	100,00%	-52.849	-16,12%
Receita Líquida (exclui receita de construção)	212.466		183.701		28.765	15,66%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A receita líquida (excluindo receita de construção) da Companhia passou de R\$ 183.701 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, para R\$ 212.466 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esta variação resultou principalmente da combinação de dois fatores: i) o aumento de 9,3% do tráfego em eixos equivalentes em 2023 com relação a 2022; e ii) o reajuste do valor da tarifa básica de pedágio em +3,9% a partir de 13 de junho de 2023.

Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 20.037 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 30.725 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

	2023	AV%	2022	AV%	Var R\$	Var %
Despesas com serviços de conserva, manutenção e operação de rodovia	-20.444	8,25%	-55.754	16,39%	35.310	-63,33%
Despesas de amortização	-95.211	38,44%	-83.945	24,68%	-11.266	13,42%
Despesas com prestadores de serviços	-32.200	13,00%	-28.007	8,23%	-4.193	14,97%
Despesas com empregados	-21.194	8,56%	-20.035	5,89%	-1.159	5,78%
Despesas com materiais e equipamentos	-2.481	1,00%	-2.792	0,82%	311	-11,14%
Custos com construção	-62.577	25,27%	-144.191	42,39%	81.614	-56,60%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	-16.539	6,68%	-3.052	0,90%	-13.487	441,91%
Reembolso com seguro	5.247	-2,12%	1.040	-0,31%	4207	404,52%
Despesas com seguro	-1.179	0,48%	-869	0,26%	-310	35,67%
Outras despesas gerais e administrativas	-2.010	0,81%	-2.618	0,77%	608	-23,22%
Outras receitas	926	-0,37%	79	-0,02%	847	1072,15%
Total	-247.662	100,00%	-340.144	100,00%	92.482	-27,19%
Custo dos serviços prestados	-217.863	87,97%	-320.186	94,13%	102.323	-31,96%
Despesas gerais e administrativas	-30.725	12,41%	-20.037	5,89%	-10.688	53,34%
Outras receitas operacionais, líquidas	926	-0,37%	79	-0,02%	847	1072,15%
Total	-247.662	100,00%	-340.144	100,00%	92.482	-27,19%

O quadro abaixo detalha as principais variações dos custos e despesas operacionais

	2023	AV%	2022	AV%	Var %
Funcionários	-21.194	12,87%	-20.035	14,29%	5,78%
Materiais e equipamentos	-2.481	1,51%	-2.792	1,99%	-11,14%
Prestadores de serviços	-32.200	19,56%	-28.007	19,98%	14,97%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	-16.539	10,05%	-3.052	2,18%	441,91%
Reembolso de Seguros	5.247	-3,19%	1.040	-0,74%	404,52%
Outras receitas/ despesas	-2.263	1,37%	-3.408	2,43%	-33,60%
Sub Total	-69.430	42%	-56.254	40%	23,42%
Depreciação e amortização	-95.211	58%	-83.945	60%	13,42%
Sub Total	-164.641	100%	-140.199	100%	17,43%
Despesas Relacionadas a Ampliações e Manutenção	2023	AV%	2023	AV%	Var %
Conserva especial	-62.261	74,99%	-60.122	30,07%	3,56%
Constituição da provisão para manutenção	-20.444	24,63%	-55.754	27,88%	-63,33%
Utilização da provisão para manutenção	62.261	-74,99%	60.122	-30,07%	3,56%
Despesas com construção	-62.577	75,37%	-144.191	72,12%	-56,60%
Sub Total	-83.021	100,00%	-199.945	100,00%	-58,48%
Total Custos e Despesas Operacionais	-247.662		-340.144		-27,19%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em relação às despesas inerentes à operação, as principais variações foram:

- Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários: i) as demandas e processos judiciais/administrativos são acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia que, em função de seu andamento, revisaram suas estimativas de provisão para riscos.
- Despesas com construção: i) redução no número de obras no ano de 2023 comparado a 2022.

Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro

O lucro/ prejuízo operacional antes do resultado financeiro passou de -R\$ 12.252 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 27.381 mil no exercício findado em 31 de dezembro de 2023.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro da Companhia foi de -R\$ 60.954 mil em 2023 (+9,5%). O principal fator que explica a variação entre os períodos é o aumento da despesa financeira e redução da receita financeira.

Prejuízo Operacional Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos passou de -R\$ 67.929 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 para -R\$ 33.573 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição Social diferidos passaram de R\$ 31.293 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 para -R\$ 3.609 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Prejuízo Líquido do Exercício

O prejuízo líquido do Exercício passou de -R\$ 36.636 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 para -R\$ 37.182 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A tabela abaixo apresenta as principais linhas referentes às demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais).

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA	31/12/2023	AV%	31/12/2022	AV%	Var R\$	Var %
Fluxo de caixa de atividades operacionais:						
Prejuízo do Período	(37.182)	-42%	(36.636)	-61%	(546)	1%
Ajustes para conciliar o prejuízo do período ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.609	4%	(31.293)	-52%	34.902	-112%
Amortização	95.211	109%	83.946	141%	11.265	13%
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento e juros provisionados	138	0%	-	0%	138	0%
Juros sobre debêntures	50.003	57%	53.197	89%	(3.194)	-6%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	17.334	20%	3.052	5%	14.282	468%
Provisão para manutenção e investimentos	43.511	50%	39.812	67%	3.699	9%
Variações nos ativos e passivos operacionais:						
Contas a receber de clientes e do Poder Concedente	(2.772)	-3%	(688)	-1%	(2.084)	303%
Impostos a recuperar e outros ativos	(933)	-1%	(4.376)	-7%	3.443	-79%
Depósitos e bloqueios judiciais	2.986	3%	2.914	5%	72	2%
Fornecedores	(21.453)	-25%	12.414	21%	(33.867)	-273%
Fornecedores partes relacionadas	1.893	2%	822	1%	1.071	130%
Obrigações sociais e trabalhistas	417	0%	544	1%	(127)	-23%
Obrigações fiscais	11	0%	(1.307)	-2%	1.318	-101%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários - utilização	(1.561)	-2%	(2.499)	-4%	938	-38%
Provisão para manutenção - utilização	(62.261)	-71%	(60.122)	101%	(2.139)	4%
Outras contas a pagar	(1.405)	-2%	(102)	0%	(1.303)	1277%
Caixa oriundo das atividades operacionais	87.545	100%	59.678	100%	27.867	47%
Fluxo de caixa de operações de investimentos:						
Aquisição de intangível	(62.560)	100%	(132.210)	100%	69.650	-53%
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(62.560)	100%	(132.210)	100%	69.650	-53%
Fluxo de caixa de atividades financeiras:						
Captações	-	0%	-	0%	-	0%
Pagamento de juros de debêntures	(26.573)	52%	(26.305)	291%	(268)	1%
Pagamento de principal	(39.749)	77%	(6.721)	74%	(33.028)	491%
Arrendamento - Pagamento de principal e juros	(1.089)	2%	-	0%	(1.089)	0%
Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio						
Aumento de capital social	16.000	-31%	24.000	-47%	(8.000)	-33%
Caixa aplicado nas atividades financeiras	(51.411)	100%	(9.026)	319%	(42.385)	470%
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(26.426)		(81.558)		55.132	-68%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	77.179		158.737		- 81.558	-51%
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do período	50.753		77.179		(26.426)	-34%

2.2 Resultados operacional e financeiro

a. resultados das operações da Companhia

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receita com arrecadação de pedágio e receita proveniente da contraprestação pecuniária

As tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de junho, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ocorrida até 30 de abril. Além da arrecadação pelo tráfego, o contrato prevê uma contraprestação pecuniária a ser paga pela SEINFRA. Essa contraprestação pecuniária deve ser paga mensalmente à Companhia visando assegurar as condições necessárias à prestação do serviço, avaliada por meio do Quadro de Indicadores de Desempenho (QID), cuja aferição é efetuada, mensalmente, por Verificador Independente, contratado pelo Poder Concedente. O valor da contraprestação pecuniária mensal é de aproximadamente R\$ 1.568 e é corrigido anualmente pelo IPCA.

A Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (“Codemig”) será responsável, em conjunto com o DER/MG, pelo pagamento da Contraprestação Pecuniária, atuando, assim, como interveniente no Contrato de Concessão.

Para garantir essa obrigação, parcela das receitas provenientes da distribuição de lucros da Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia (“CBMM”) para a Codemig é mantida em conta vinculada, observado o valor mensal da Contraprestação Pecuniária. No caso de não pagamento da Contraprestação Pecuniária, pelo DER/MG, a Companhia deve notificar a Codemig para fazê-lo, podendo executar a garantia caso a Codemig não efetue o pagamento.

O Contrato de Concessão prevê o compartilhamento dos riscos relacionados à demanda de tráfego nas rodovias, em relação ao volume projetado no estudo de tráfego do edital, na proporção de 50% para a Companhia e de 50% para o DER/MG. De acordo com Contrato de Concessão, o tráfego acumulado realizado desde o início da Concessão será comparado ao tráfego acumulado projetado no estudo de tráfego do edital. Sobre as diferenças apuradas, serão aplicadas as seguintes regras:

Variações do tráfego a maior:

- Dentro da faixa de 10%, reverterão integralmente para a Companhia.
- Verificadas acima da faixa de 10%, serão compartilhadas entre a concessionária e o DER/MG, na proporção de 50% para cada uma, sendo o montante de receitas a ser compartilhado com o DER/MG, compensada mediante a redução proporcional da Contraprestação.

Variações do tráfego a menor:

- Dentro da faixa de 10%, serão integralmente assumidas pela concessionária, e não ensejarão a revisão do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.
- Abaixo da faixa de 10%, serão compartilhadas entre a concessionária e o DER/MG, na proporção de 50% para cada uma, mediante a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Em 16 de abril de 2015 foi sancionado o Decreto Federal 8.433/2015 o qual dispõe sobre a isenção de cobrança de eixos suspensos de veículos de transporte de carga que circulam vazios. De acordo com o contrato de concessão patrocinada, a Sociedade possui o direito a recomposição do reequilíbrio contratual na equivalente medida dos impactos financeiros provenientes da aplicabilidade do referido decreto.

2.2 Resultados operacional e financeiro

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Não existem fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia. Informações acerca das variações referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 encontram-se comentadas pela administração da Companhia no item 2.1 deste formulário de referência.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Não aplicável

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A inflação promoveu impactos na receita, conforme detalhamento no item (i) acima sobre a receita. Ao mesmo tempo, afetou a folha de pagamento (reajustes salariais, benefícios e encargos) e nos insumos para manutenção e conservação da malha rodoviária, conforme descrição das variações no item 2.1 do Formulário de Referência comparando o exercício de 2023 com 2022.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Item 2.3 - Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela CVM

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não tivemos opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Item 2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional**
- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**
- c. eventos ou operações não usuais**

Não aplicável

2.5 Medições não contábeis

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

2.7 Destinação de resultados

2023	
a) Regras sobre a retenção de lucros	O Estatuto Social da Companhia vigente à época determinava que a Companhia deveria reter lucros no valor necessário para: (a) cumprir com o plano de negócios consolidado da Companhia e o orçamento operacional anual; e (b) evitar qualquer aumento de capital que seja razoavelmente previsível.
b) Regras sobre a distribuição de dividendos	Conforme o Estatuto Social da Companhia, a distribuição de dividendo estará condicionada aos limites estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, tanto em relação à quantidade quanto à periodicidade, e as determinações do Edital de Concorrência para Concessão Rodoviária nº 070/2006.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores, e pagar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, observado o disposto no artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações. A qualquer momento, o Conselho de Administração poderá declarar a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral levantado. Os dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio deverão ser sempre considerados como antecipação do dividendo obrigatório.
d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Nos termos do Edital n.º 070/06, a Companhia somente poderá distribuir dividendos aos seus acionistas ou realizar o pagamento de participação nos resultados aos seus administradores no exercício seguinte àquele em que tiverem sido integralmente atendidas as Condições Operacionais Mínimas da Rodovia e executadas as Intervenções Obrigatórias indicadas no Anexo VI - Diretrizes para a Apresentação da Metodologia de Execução. Nos termos da Escritura da 5ª emissão de debêntures, a distribuição e/ou pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros é um evento de vencimento antecipado: (i) até o completion do projeto; (ii) caso, após o completion do projeto, a Emissora esteja inadimplente com as obrigações da Escritura ou em descumprimento com o ICSD sem caixa (maior detalhamento no item 18 - Valores Mobiliários).
e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não aplicável

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Item 2.8 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iii. contratos de construção não terminada

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável, tendo em vista que não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

Item 2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

Não aplicável, tendo em vista que não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

2.10 Planos de negócios

a) investimentos:

i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O contrato de concessão firmado entre a Companhia e o poder concedente prevê todos os investimentos a serem realizados ao longo do período de concessão das rodovias.

Para o biênio 2023/2024, a Companhia prevê investimentos em obras de ampliações de capacidade do sistema rodoviário, bem como os gastos associados a manutenção do sistema rodoviário. Desta forma, cumpre as obrigações do Contrato de Concessão de realizar ampliações e preservar a infraestrutura rodoviária.

A tabela abaixo mostra os investimentos realizados/previstos no ano de 2023 e previstos para o ano de 2024 em:

Período	2023 (R\$ mil)	2024 (R\$ mil)
Obras, Melhorias e Conserva Especial	129.678	192.830
Equipamentos e Outros	2.505	2.115
Total	132.183	194.945

A Concessionária Nascentes das Gerais realizou/tinha previsto no ano de 2023 os investimentos:

1. Ampliações Principais:

Duplicações (Viário e OAEs);
 Marginais;
 Contorno;
 Interseções (Trevos e retornos);
 Correções geométrica de curvas (raios);
 Gerenciamento, projetos e seguros.

2. Demais ampliações:

Interseções (Trevos e retornos);
 3^{as} faixas;
 Dispositivos de drenagem;
 Passarelas.

3. Desapropriações: Decreto de Utilidade Pública (DUP) de áreas necessárias para as obras de ampliações principais e demais ampliações por meio de processos judiciais.

4. Conservação Especial – Pavimento: Obras para correção de parâmetros de pavimento.

5. Conservação Especial – Não Pavimento:

Recuperações de Obras de Artes Especiais (viadutos e pontes);
 Recuperação de erosões;
 Recuperação de pavimento rígido (concreto praças).

Estão previstos para o ano de 2024 os seguintes investimentos:

1. Ampliações Principais:

Duplicações (Viário e OAEs);

2.10 Planos de negócios

Marginais;
Contorno;
Interseções (Trevos e retornos);
Correções geométrica de curvas (raios);
Gerenciamento, projetos e seguros.

2. Demais ampliações:

Interseções (Trevos e retornos);
3^{as} faixas;
Dispositivos de drenagem;
Passarelas.

3. Desapropriações: pagamentos de processos jurídicos

4. Conservação Especial – Pavimento:

Recuperação de pavimento asfáltico;
Monitoração Pavimento

5. Conservação Especial – Não Pavimento:

Recuperações de Obras de Artes Especiais (viadutos e pontes);
Recuperação de pavimento rígido (concreto praças).

ii) fontes de financiamento dos investimentos

Para fazer frente às necessidades financeiras de investimentos, a Companhia utilizará sua geração de caixa operacional e, eventualmente, respeitados os compromissos já assumidos, poderá recorrer ao mercado de capitais, bem como a empréstimos bancários.

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

Até a data deste formulário, não houve aquisições de plantas, equipamento, patentes e outros ativos que influenciem materialmente na capacidade produtiva no período.

c) novos produtos e serviços:

Não aplicável.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG:

Vide item 1.9 (i) do Formulário de Referência.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1. As projeções devem identificar:

a. objeto da projeção

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

A Companhia não divulga projeções.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

- a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário**
- b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**
- c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

A Companhia não divulga projeções.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1. Descrever fatores de risco com efeito potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

a) Emissor:

Término Antecipado da Concessão

Em caso de descumprimento parcial ou total das obrigações assumidas no Contrato de Concessão Patrocinada para Exploração de Rodovia nº 007/2007, celebrado em 21 de maio de 2007, entre a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, a Companhia, a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG ("Contrato de Concessão"), a Companhia está sujeita à caducidade da concessão. A declaração da caducidade ocorre sem indenização prévia, havendo indenização apenas de parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ao Poder Concedente, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido. O parágrafo 6º, do artigo 38, da Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (Lei das Concessões), dispõe que, declarada a caducidade da concessão, não resultará para o Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da respectiva concessionária, ademais, não há garantia de que as obrigações assumidas pela Companhia serão consideradas oponíveis ao próximo concessionário. Portanto, não há como garantir que, ocorrido o término antecipado da concessão, os debenturistas receberão o pagamento dos direitos emergentes da Concessão.

A rescisão unilateral antecipada do Contrato de Concessão pelo Poder Concedente poderá impedir a realização do valor integral de determinados ativos e causar a perda de lucros futuros sem uma indenização adequada.

Em determinadas circunstâncias estabelecidas pela legislação aplicável e pelo Contrato de Concessão, a concessão está sujeita à rescisão unilateral antecipada, caso em que o direito de usos dos ativos da concessão será revertido em favor do Poder Concedente. Se o Poder Concedente extinguir o Contrato de Concessão por caducidade, que é o caso de inadimplemento grave por parte da Companhia de obrigações previstas no Contrato de Concessão, a indenização não precisará ser prévia e/ou englobar os lucros cessantes, podendo o valor ser reduzido até zero, por meio de imposição de multas ou outras penalidades. Adicionalmente, esse processo de indenização pode demandar tempo e a Companhia não pode garantir que a indenização devida pelo Poder Concedente seja suficiente para compensar o lucro não auferido e/ou os investimentos não amortizados realizados durante o prazo de vigência da Concessão.

A Companhia celebrou 3 (três) Termos de Ajustamento de Conduta (TAC's) com Superintendência Regional de Regularização Ambiental - Supram Alto São Francisco garantindo assim a regularização de sua operação até a emissão da licença de Operação Corretivas e o término das obras em execução na época da assinatura do TAC.LIC

4.1 Descrição dos fatores de risco

Em 17 de julho de 2008 foi concedido à Companhia o Certificado LO nº 015/2008 – Licença Ambiental, para o funcionamento da atividade de obras de implantação de medidas de melhoria para a adequação de capacidade, recapeamento e restauração de trecho rodoviário, bem como a autorização para o início da atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição, com prazo de vigência até 17 de julho de 2012. Em 19 de março de 2012, a Companhia protocolou ofício solicitando a renovação da licença e não obteve uma resposta do Superintendente Regional de Regularização Ambiental – Supram Alto São Francisco, o qual realizou duas declarações, em 03/07/2013 e em 07/08/2014, informando que o processo de revalidação ainda estava em análise. Após um evento de fiscalização em 03/06/2015, onde os fiscais exigiram a suspensão das atividades da Companhia, com lacres nas cancelas das praças de pedágio da rodovia, a Companhia impetrou um Mandado de Segurança e, desde 04/06/2015, operou sob a liminar concedida atestando a regularidade de suas atividades, a qual foi confirmada por meio de sentença proferida em 02/12/2016. No âmbito administrativo, a Companhia aguardava julgamento do recurso apresentado contra decisão do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM. Em razão de tratativas com a Supram Alto São Francisco e para atender a sua exigência, a Companhia protocolou pedido de desistência do referido recurso administrativo, em 03/05/2017, a fim de iniciar o processo de emissão da licença de operação corretiva. Neste sentido, em 13/06/2017 a Companhia e a SUPRAM/ASF firmaram os Termos de Ajustamento de Conduta – TAC - nºs TAC.LOC/ASF/38/2017 (25 condicionantes) e TAC.LIC/ASF/39/2017 (9 condicionantes) que garantiram a regularidade da operação do empreendimento e da execução das obras, à época em execução. Em 13 de junho de 2018, com vigência de 12 meses, foi assinado novo TAC - TAC.LOC/ASF/16/2018 (12 condicionantes) que garante a Operação do sistema rodoviário e em 4 de abril de 2018, com vigência de 6 anos de vigência para a implantação das obras e 10 anos de vigência para a operação dessas obras, foi emitida a LIC+LO nº 001/2018 que garante a Implantação de obras. O descumprimento de qualquer umas das condicionantes estabelecidas no TAC representa um grande risco à Companhia.

A perda de membros da administração e/ou a incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado pode ter efeito adverso relevante sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A qualidade dos serviços prestados pela administração da Companhia tem influência direta e relevante na condução dos negócios da Companhia e em seus resultados, do modelo de negócios e estratégia de investimentos adotado pela Companhia. Os membros da administração não estão vinculados à Companhia por contratos de trabalho de longo prazo e não estão impedidos de concorrer com a Companhia. Não é possível garantir que a Companhia logrará manter os atuais membros de sua administração e/ou contratar novos profissionais qualificados para integrar a sua administração e dar continuidade no seu crescimento. Tanto a perda dos membros da administração da Companhia, quanto a impossibilidade de atrair profissionais qualificados pode causar um efeito adverso relevante nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O aumento inesperado dos custos de construção e manutenção pode afetar negativamente a condição financeira da Companhia e o seu resultado operacional.

Fatores alheios ao controle da Companhia, tais como flutuações no custo de mão de obra e matéria-prima, inclusive eventual aumento nos preços dos materiais de construção civil, mudanças na economia em geral, condições de crédito e negociais, inadimplência ou adimplência insatisfatória dos contratados e subcontratados, interrupções resultantes de problemas de engenharia imprevisíveis e negociações com o Poder Concedente podem afetar a capacidade da Companhia de (i) concluir adequadamente as obras em andamento e as futuras obras e projetos exigidos pelo contrato de concessão; (ii) contratar os custos adequados para a manutenção e conservação das rodovias; e (iii) desenvolver e implementar os projetos acessórios exigidos pelo contrato de concessão. Caso esses fatores causem o aumento significativo dos custos de construção sem que a Companhia possa repassar tais custos a terceiros, o fluxo de caixa, a condição econômico-financeira e os resultados operacionais da Companhia poderão ser negativamente afetados.

Nossas rodovias estão localizadas em algumas regiões sujeitas a riscos de acidentes geológicos.

As rodovias da Companhia passam por algumas áreas que estão sujeitas a riscos de acidentes geológicos decorrentes de chuvas intensas e irregularidades naturais do solo, dentre outros fatores. Em caso de deslizamentos, desmoronamentos, quedas de barreiras e danos extraordinários nas nossas rodovias, poderá ocorrer a interdição da pista, resultando, conseqüentemente em aumento de custos e diminuição de receita, o que pode afetar adversamente os resultados da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a disputas judiciais e administrativas.

A Companhia possui processos administrativos junto ao Poder Concedente e é parte em processos judiciais de natureza trabalhista e cível. Os processos estão provisionados em função da probabilidade de perda de causa, após análise dos relatórios dos advogados externos contratados pela Companhia. Existem casos cujo valor, em razão do seu estágio, não pode ser mensurado. Não há garantia de que a Companhia venha a obter resultados favoráveis em seus questionamentos ou que eventuais processos judiciais propostos contra a Companhia venham ser julgados improcedentes. Caso o valor total das provisões feitas pela Companhia com relação a estas contingências não seja suficiente para fazer frente às contingências que se tornem exigíveis, a Companhia incorrerá em custos maiores do que o previsto, os quais poderão afetar negativamente os seus resultados e sua condição financeira.

A Companhia possui contingências trabalhistas avaliadas como de perda provável, conforme andamento dos processos administrados pelos seus assessores legais, decorrentes substancialmente de casos semelhantes, em que os autores incluem a Companhia como corresponsável, cabendo direito de regresso para a Companhia na maioria de tais casos.

Para mais informações sobre os processos em que a Companhia é parte, veja o item 4.4 deste Formulário de Referência.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A maior parte dos bens da Companhia está vinculada à prestação de serviços públicos, assim, esses bens não estarão disponíveis em caso de recuperação extrajudicial ou judicial ou falência, nem poderão ser objeto de penhora para garantir a execução de decisões judiciais.

A maior parte dos bens da Companhia está vinculada a prestação de serviços públicos. Esses bens não estarão disponíveis em caso de falência, poderão ficar indisponíveis em caso de recuperação judicial ou extrajudicial e não estão sujeitos à penhora para garantir a execução de decisões judiciais, de acordo com a legislação aplicável. Em decorrência dessas restrições, os valores destinados ao pagamento de credores da Companhia nos casos acima podem ser reduzidos significativamente. Essa condição poderá, ainda, ter um efeito negativo na capacidade da Companhia obter financiamentos.

A Companhia possui endividamento financeiro e poderá buscar novos contratos financeiros, caso entenda oportuno ou necessário. O endividamento financeiro da Companhia pode restringir sua capacidade de obter novos empréstimos, assim como impor restrições e obrigações à Companhia, tais como a manutenção de índices financeiros e o dever de observar hipóteses de vencimento antecipado da dívida.

No exercício social encerrado em dezembro de 2023, o endividamento financeiro da Companhia, caracterizado pelas dívidas contraídas com bancos comerciais e mercado de capitais é de R\$ 424.042 mil. Não há garantias de que a Companhia, respeitadas as obrigações com dívidas vigentes, não buscará captar novos recursos por meio da celebração de contratos financeiros e tampouco que tais recursos estarão disponíveis em termos e condições satisfatórios à Companhia. Além disso, instrumentos de crédito poderão conter cláusulas e condições que imponham obrigações de manutenção, pela Companhia, de índices financeiros, sob pena de vencimento antecipado, o que poderá restringir sua autonomia e capacidade de contrair novos empréstimos, prejudicando assim sua capacidade de realizar novos investimentos e podendo afetar o desempenho da Companhia no futuro. Os referidos instrumentos de financiamento poderão vir a estabelecer, dentre as hipóteses de vencimento antecipado, o vencimento antecipado de outros contratos celebrados pela Companhia ou descumprimento de outras obrigações da Companhia, protestos legítimos e reiterados de títulos e a alteração do controle acionário da Companhia. Caso seja declarado o vencimento antecipado das obrigações assumidas em contratos financeiros, a Companhia pode não dispor de recursos suficientes em caixa para pagar o saldo devedor destas obrigações e impactar adversamente a Companhia.

Os seguros contratados pela Companhia podem ser insuficientes para cobrir os danos decorrentes de um eventual sinistro.

A Companhia está sujeita a diversos riscos relacionados a acidentes geológicos, disputas trabalhistas, danos ao meio ambiente, fenômenos da natureza, avaria de máquinas e veículos próprios, perda de receitas, danos materiais e/ou físicos a terceiros, entre outros. As coberturas contratadas pela Companhia podem não ser suficientes para cobrir os prejuízos diretos causados pela ocorrência de um sinistro. A ocorrência de eventos que não estejam cobertos por seguro ou que excedam os limites assegurados poderá acarretar custos relevantes para reforma ou

4.1 Descrição dos fatores de risco

reconstrução de trechos da rodovia, e/ou reposição de instalações e equipamentos, danos a terceiros, bem como perdas não previstas, impactando de forma negativa os resultados da Companhia.

b) Seus acionistas, em especial os acionistas controladores:

A Companhia não possui fatores de risco relacionados ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de acionistas.

A Companhia possui um plano de negócio que lhe permite cumprir o objeto social com regularidade, notadamente em razão da capacidade de geração de caixa e endividamento, sem a previsão de outros recursos advindo dos seus acionistas, diretos ou indiretos, não obstante um dos acionistas indiretos da Companhia esteja em processo de recuperação judicial.

c) Suas controladas e coligadas:

A Companhia não possui fatores de risco relacionados às suas controladas e/ou coligadas.

d) Seus administradores:

A Companhia não possui fatores de risco relacionados a seus administradores.

e) Seus fornecedores:

A Companhia está exposta a riscos relacionados à terceirização de parte de suas atividades. Atualmente, a Companhia terceiriza parcela considerável de certas atividades, podendo responder, solidária ou subsidiariamente, por eventuais débitos previdenciários, fiscais ou trabalhistas relacionados aos terceiros alocados para seu atendimento. Além disso, eventual descontinuidade da prestação de serviços por diversas empresas poderá afetar a qualidade e continuidade dos negócios da Companhia.

f) Seus clientes:

A Companhia está exposta aos riscos relacionados ao volume de tráfego. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, 99% da receita bruta (excluindo receita de serviços de construção) da Companhia decorreu das receitas com arrecadação de pedágio, cujo volume é diretamente dependente do número de veículos de carga e de passeio que transitam pelas rodovias administradas pela Companhia e da frequência com que eles viajam. Diversos fatores poderiam causar a redução do tráfego de veículos pelas rodovias da Companhia, dentre os quais: redução da atividade econômica, aumento da inflação, aumento das taxas de juros, aumento do preço dos combustíveis ou das tarifas de pedágio, a criação de novas opções de transporte e restrições de mobilidade decorrentes também de questões sanitárias. Tal efeito poderia ser também observado como consequência da redução no comércio em geral, que levasse ao uso reduzido de veículos comerciais. Não é possível garantir que a Companhia será capaz de adaptar as suas operações no caso de alterações abruptas no volume do tráfego e receita dos pedágios, o que pode afetar negativamente os seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O Contrato de Concessão prevê o compartilhamento dos riscos relacionados à demanda de tráfego nas rodovias, em relação ao volume projetado no estudo de tráfego do edital, na proporção de 50% para a Companhia e de 50% para o DER/MG. De acordo com Contrato de Concessão, o tráfego acumulado realizado desde o início da Concessão será comparado ao tráfego acumulado projetado no estudo de tráfego do edital. Sobre as diferenças apuradas, serão aplicadas as seguintes regras:

Variações do tráfego a maior:

- Dentro da faixa de 10%, reverterão integralmente para a Companhia.
- Verificadas acima da faixa de 10%, serão compartilhadas entre a concessionária e o DER/MG, na proporção de 50% para cada uma, sendo o montante de receitas a ser compartilhado com o DER/MG, compensada mediante a redução proporcional da Contraprestação.

Variações do tráfego a menor:

- Dentro da faixa de 10%, serão integralmente assumidas pela concessionária, e não ensejarão a revisão do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.
- Abaixo da faixa de 10%, serão compartilhadas entre a concessionária e o DER/MG, na proporção de 50% para cada uma, mediante a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

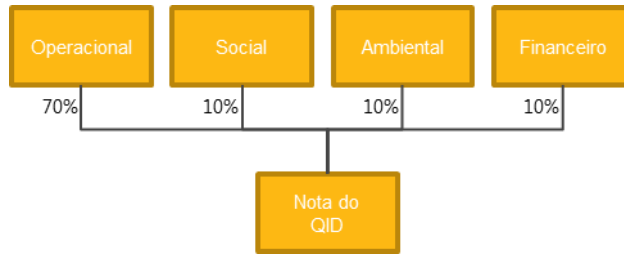
Os 1,5% remanescentes da receita bruta (excluindo receita de serviços de construção) da Companhia, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, foram decorrentes da contraprestação pecuniária ("CP"), onde o Governo de Minas Gerais paga determinado valor para a Companhia, mediante um critério de avaliação, a fim de assegurar à Companhia as condições necessárias para a prestação dos serviços aos usuários das rodovias.

Na hipótese do Governo de Minas Gerais não realizar o pagamento da contraprestação pecuniária, há um garantidor para cumprimento das obrigações assumidas pela SEINFRA. O garantidor é a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG. Caso os pagamentos acordados no âmbito da concessão não sejam efetuados na sua totalidade e no momento predefinido, a qualidade e continuidade dos negócios da Companhia poderá ser afetada e as obras poderão ser interrompidas ou sofrerem atrasos indefinidamente. Caso o Governo de Minas Gerais venha a faltar com o pagamento dos montantes contratuais devidos, nos termos do Contrato de Concessão, após o início de suas operações, a Companhia poderá ser compelida a continuar a operar o projeto com prejuízo. A ocorrência de qualquer desses eventos pode afetar material e adversamente o fluxo de caixa e retorno financeiro desses projetos e, conseqüentemente, os negócios da Companhia, seus resultados operacionais e condição financeira.

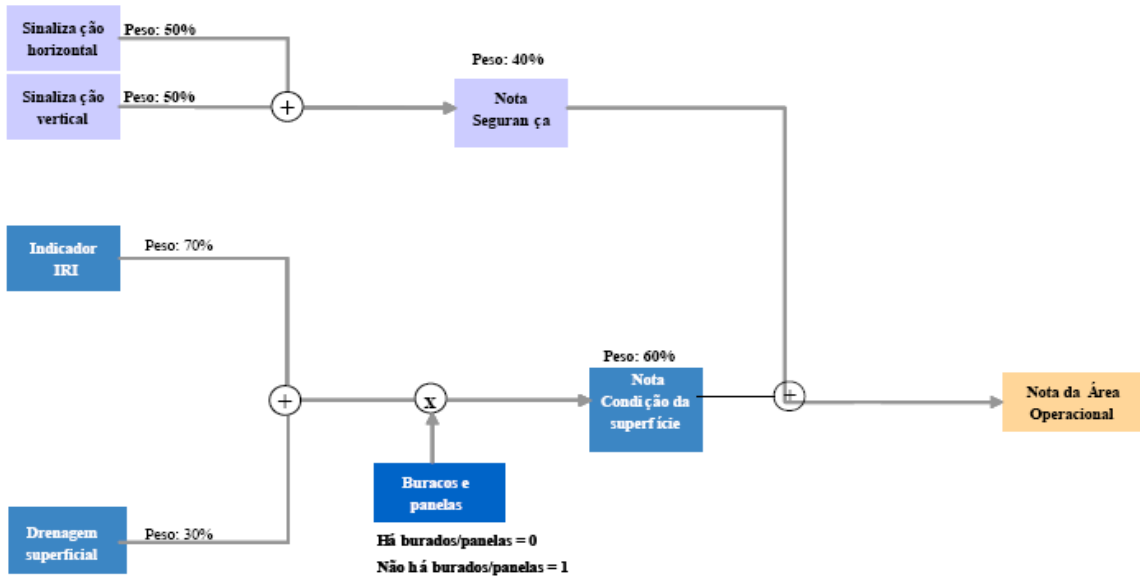
Para o pagamento da contraprestação o Governo de Minas Gerais, utiliza um critério de avaliação, medindo mensalmente o desempenho da Concessionária, por meio de um Quadro Indicador de Desempenho ("QID"), que ajusta o valor da contrapartida do Governo. O valor da CP mensal devida à Concessionária é determinada segundo nota do QID atribuída ao desempenho da Concessionária na execução dos serviços durante o mês correspondente, em conformidade com o sistema de avaliação mensal de desempenho, conforme previsto nas cláusulas 5 e 33 do contrato.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A avaliação de desempenho da Concessionária é mensurada mediante a utilização do QID. A nota do QID incide sobre o valor da CP reajustado nos termos do contrato. Cada indicador é medido periodicamente e as notas do QID são atribuídas mensalmente de acordo com critérios de desempenho definidos no QID. A nota do QID de cada indicador de desempenho variará de 0 (nota mínima) a 10 (nota máxima). Os indicadores de desempenho estão divididos em quatro áreas de responsabilidade, sendo que a cada área atribuiu-se um peso para o cálculo da nota do QID final:



Nota Operacional: A nota operacional avalia os serviços de engenharia, estado do pavimento, sinalização, segurança do tráfego, atendimento ao usuário e fluxo de veículos, conforme imagem abaixo:

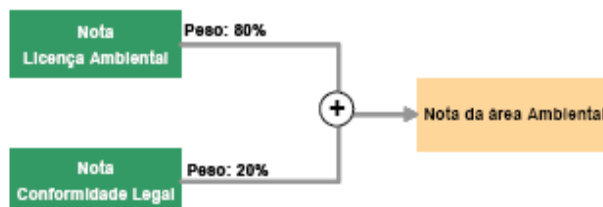


Nota Social: É avaliado o tratamento dispensado aos usuários e habitantes ao longo do sistema existente, conforme imagem abaixo:

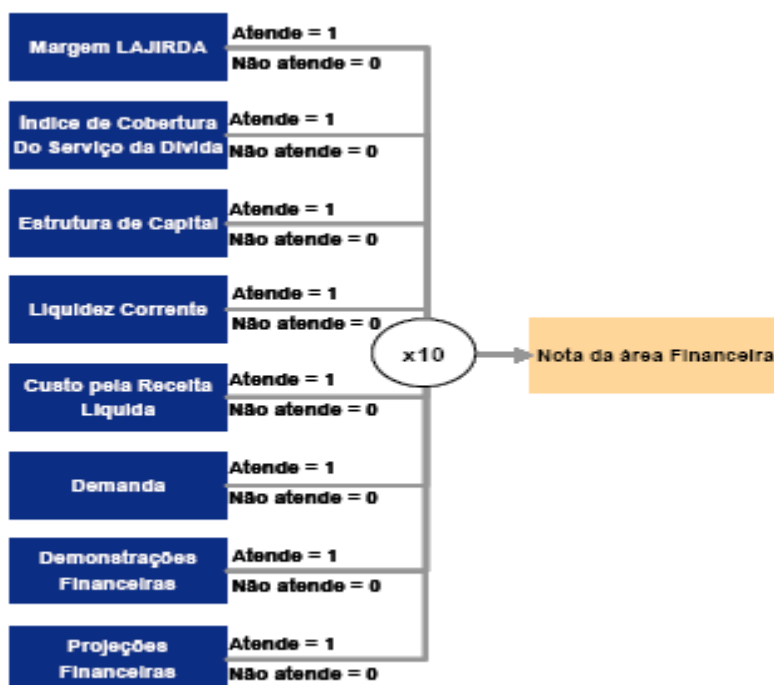


4.1 Descrição dos fatores de risco

Nota Ambiental: A avaliação é feita com base em critérios, como: controle de poluição, trânsito de cargas perigosas, ruídos, desmatamento e preservação de acidentes ambientais.



Nota Financeira: São avaliados o gerenciamento de custos, a otimização de investimentos, do endividamento e a adoção de práticas contábeis transparentes, conforme imagem abaixo:



A aferição dos índices do QID será feita mensalmente pelo verificador independente (contratado pelo DER/MG). O valor da CP a ser pago a cada mês à Companhia poderá ser inferior ao valor indicado na proposta econômica em razão do não cumprimento integral, pela Companhia, dos índices constantes do QID, conforme resultar da aferição do verificador independente. A ocorrência de tal evento poderá afetar material e adversamente o fluxo de caixa e retorno financeiro desses projetos e, conseqüentemente, os negócios da Companhia, seus resultados operacionais e condição financeira.

g) Setores da economia nos quais o emissor atue:

Os negócios da Companhia podem ser afetados adversamente caso os mecanismos para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, em virtude de aumento de encargos e/ou

4.1 Descrição dos fatores de risco

de redução de tarifas, sejam implementados com atraso ou não gerem tempestivamente um aumento do fluxo de caixa da Companhia.

O Contrato de Concessão estabelece um mecanismo para manutenção do equilíbrio econômico financeiro, o qual possibilita a Companhia e o Poder Concedente buscarem ajustes com o fim de acomodar eventuais alterações dos elementos econômicos do contrato de concessão, as quais eram imprevistas na época da assinatura do contrato de concessão. A Companhia terá que confiar nesse mecanismo no caso de: (i) modificação unilateral do contrato de concessão pelo Poder Concedente; (ii) caso fortuito ou força maior, nos termos do contrato de concessão; (iii) ocorrência de eventos excepcionais causadores de significativas alterações nos mercados financeiro e cambial, que resultem em alterações substanciais nas projeções financeiras adotadas pela concessionária; ou (iv) alterações normativas de caráter específico, que tenham impacto significativo e direto sobre as receitas de pedágio ou sobre os custos relacionados aos serviços vinculados à exploração da concessão ajustes no Contrato de Concessão. Tais ajustes podem resultar na prorrogação ou redução do prazo da concessão, revisão extraordinária da tarifa de pedágio ou combinação das modalidades anteriores. Ademais, poderão ser adotadas outras medidas, como o reajuste do valor da contraprestação e do valor da tarifa básica do pedágio, de modo a refletir a inflação medida pelo IPCA-IBGE, desde que definido de comum acordo entre as partes, sendo que referidos ajustes estão fora do controle da Companhia e podem ser insuficientes para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. O procedimento para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro pode ser demorado e está sujeito à discricionariedade do Poder Concedente, de forma que a Companhia não pode garantir que o equilíbrio econômico-financeiro será reestabelecido. Além disso, caso o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não gere, tempestivamente, um aumento de fluxo de caixa, seja por meio de alteração do prazo da concessão, redução de investimentos futuros, aumento de valor nominal de tarifas, ou compensação direta por parte do Poder Concedente, seja por meio da combinação destas alternativas, os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente.

O Poder Concedente possui discricionariedade para determinar os termos e as condições aplicáveis à Concessão. Assim, é possível que a Companhia tenha de se sujeitar a aumentos não previstos nos custos ou decréscimos não previstos nas receitas.

A Companhia obtém quase a totalidade de sua receita da cobrança de pedágio de acordo com o previsto no Contrato de Concessão, o qual consiste em um contrato administrativo regido pelas leis brasileiras. Essas leis e regulamentos fornecem ao Poder Concedente discricionariedade para determinar os termos e as condições aplicáveis à Concessão e as tarifas que a Companhia pode cobrar dos usuários das rodovias. A Companhia pode ter sua condição financeira e os seus resultados operacionais afetados adversamente caso (i) os seus custos aumentem ou suas receitas diminuam significativamente, (ii) tenha de efetuar investimentos adicionais como resultado de uma medida não prevista na legislação ou nos contratos aplicáveis, ou (iii) ocorram medidas unilaterais, por parte dessas autoridades, a condição financeira da Companhia e seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente, ainda que ela tenha direito à recomposição econômico-

4.1 Descrição dos fatores de risco

financeira dos contratos por parte do Poder Concedente. Ademais, o Poder Concedente possui função de fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas nos termos do Contrato de Concessão. Caso sejam apurados descumprimentos de obrigações contratuais e/ou regulamentares quanto ao objeto da concessão, poderão ser aplicadas diversas penalidades à concessionária, incluindo multas pecuniárias. No curso ordinário de suas atividades, a Companhia está sujeita a fiscalizações do Poder Concedente que já resultaram na aplicação de multas após não terem sido acatadas as justificativas da Companhia quanto a atrasos no cumprimento de obrigações acessórias e/ou descumprimento de prazos, multas estas já encerradas por meio de acordo celebrado entre a Companhia e o Poder Concedente em âmbito do 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. Após a celebração do 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, novas multas foram aplicadas e estão em discussão com o Poder Concedente.

A redução do tráfego de veículos decorrente de mudanças adversas nas condições econômicas, bem como o aumento do preço dos combustíveis, inclusive em decorrência do aumento da inflação, de taxas de juros e de crises externas, pode afetar adversamente os resultados da Companhia.

Os negócios da Companhia dependem da quantidade e da frequência de veículos comerciais e de passeio que trafegam em suas rodovias. A redução do tráfego pode decorrer da desaceleração da atividade econômica bem como do aumento do preço dos combustíveis. Fatores macroeconômicos, tais como (a) eventual redução do volume de investimentos estrangeiros no Brasil que force o governo federal a ter maior necessidade de captações de recursos, tanto no mercado doméstico quanto no mercado internacional, (b) taxas de juros mais elevadas e (c) eventual elevação significativa nos índices de inflação brasileiros. A retração no nível de atividade da economia brasileira, ocasionada seja por crises internas ou crises externas, pode acarretar diminuição da circulação de veículos nas rodovias, afetando direta e negativamente os resultados da Companhia. Adicionalmente, o nível de tráfego em determinada rodovia também é influenciado por sua integração com outras partes dos sistemas rodoviários federal, estadual e municipal, bem como com outras malhas rodoviárias que não estão sob administração e controle da Companhia. A redução do tráfego de veículos, seja pela queda do desempenho da economia, ou pelo aumento do preço dos combustíveis, dentre outros fatores, poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.

As receitas da Companhia e a sua participação no mercado poderão ser negativamente afetados em razão de um aumento da concorrência no setor de atuação da Companhia ou do desenvolvimento de outros sistemas de transporte.

Os principais concorrentes da Companhia são as rodovias administradas diretamente pelos governos federal, estaduais e municipais, bem como outras sociedades ou grupos privados atuantes no setor de concessão de rodovias. Muitas rodovias administradas diretamente pelos governos federal, estaduais e municipais, não cobram pedágio e, conseqüentemente, desviam parte do tráfego das rodovias operadas pela Companhia. Por outro lado, a concorrência privada no setor de operação de rodovias por concessão tende a provocar a elevação das despesas realizadas pelas concessionárias, como forma de tornar as rodovias mais atrativas aos usuários, diminuindo

4.1 Descrição dos fatores de risco

as margens praticadas. Assim o aumento da concorrência por parte do setor público ou do setor privado poderá resultar na diminuição do tráfego nas rodovias administradas pela Companhia ou de suas margens, impactando seu resultado de forma adversa. Além disso, a Companhia está sujeita à competição de outros sistemas de transporte coletivo, como o ferroviário e o aéreo, podendo o aumento da utilização desses meios de transporte afetar negativamente o tráfego nas vias pedagiadas da Companhia, e, conseqüentemente, reduzir sua receita operacional.

As rodovias administradas pela Companhia estão localizadas no Estado de Minas Gerais e quaisquer mudanças que afetem a política governamental das rodovias nesse Estado poderão afetar a Companhia significativamente.

As atividades da Companhia localizam-se no Estado de Minas Gerais, tendo sido o contrato de concessão celebrado com o governo do Estado de Minas Gerais. Como consequência, qualquer medida tomada ou quaisquer regras mais rígidas implementadas pelo Estado de Minas Gerais poderão afetar adversamente as atividades da Companhia e, conseqüentemente, o seu resultado operacional. Não é possível garantir que a Companhia terá êxito nas negociações com o Poder Concedente para compensar a variação de condições decorrentes de eventuais ações governamentais.

Caso a taxa de inflação aumente substancialmente no Brasil, a dificuldade da Companhia em aumentar as tarifas de pedágio adequadamente em tempo hábil pode afetar os seus resultados operacionais.

Ao longo de sua história, o Brasil registrou periodicamente altas taxas de inflação. Embora as tarifas estejam sujeitas a reajustes para compensar os efeitos da inflação, tais reajustes, em geral, somente podem ser feitos periodicamente, em conformidade com a Lei nº 9.069/95, a Lei do Plano Real e o Contrato de Concessão. Atualmente são permitidos reajustes automáticos anuais em decorrência da taxa de inflação e revisões em decorrência do mecanismo de equilíbrio econômico financeiro. Esse mecanismo possui ineficiências que podem atrasar seus resultados e está sujeito à discricionariedade do Governo. Portanto, se a inflação for bastante elevada e a Companhia não for capaz de reajustar a tarifa ou de fazer uso de algum outro mecanismo apropriado, os resultados operacionais da Companhia, a liquidez e fluxo de caixa poderiam ser afetados adversamente.

h) Regulação dos setores em que o emissor atua:

A Companhia atua em um ambiente altamente regulado e seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente pelas medidas governamentais, tendo o Poder Concedente, inclusive, discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis à Concessão, fazendo com que Companhia tenha que se sujeitar a aumentos não previstos nos custos ou decréscimos não previstos nas receitas.

A principal atividade comercial da Companhia, qual seja a operação, exploração, manutenção e melhoria de rodovias e pontes, é um serviço público delegado à iniciativa privada por meio de um Contrato de Concessão Patrocinada para Exploração de Rodovia (PPP), firmado com Poder Concedente, estando, portanto, a Companhia sujeita a um ambiente altamente regulado. Os

4.1 Descrição dos fatores de risco

contratos de concessão são contratos administrativos regidos pelas leis brasileiras, as quais fornecem ao Poder Concedente certa discricionariedade para determinar, motivadamente, nos editais de licitação, os termos e condições aplicáveis à Concessão, incluindo regras de fiscalização e aplicação de multas e outras sanções. Caso a Companhia tenha que efetuar investimentos adicionais como resultado de uma medida não prevista nos contratos, ou, ainda, como resultado de medidas unilaterais, nas hipóteses previstas na legislação, por parte das autoridades concedentes, sua condição financeira e seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente. Atitudes como essas ou a edição de normas ainda mais rígidas, em razão do interesse público, poderão afetar os resultados da Companhia adversamente. Adicionalmente, a Companhia pode ser afetada pelas decisões do governo federal, estadual e municipal com relação à decisão de não prosseguir com o programa de concessões de rodovias, limitar a sua capacidade de crescer e implementar a sua estratégia comercial. A Companhia não pode assegurar quais serão as ações futuras tomadas pelo governo e em que medidas tais ações poderão afetar seus resultados operacionais. Caso a Companhia seja obrigada a proceder de maneira substancialmente diversa daquela estabelecida em seu plano de negócio, seus resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos de saúde e de segurança que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores despesas com investimentos de capital.

A Companhia está sujeita a ampla legislação federal, estadual e municipal relativa à saúde e segurança. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância da legislação. Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva das atividades desenvolvidas pela Companhia. A aprovação de leis e regulamentos referentes à proteção à saúde e à segurança pode acarretar em investimentos substanciais por parte da Companhia, causando um efeito material adverso sobre a condição financeira da Companhia, os seus negócios e os seus resultados operacionais. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, penas pessoais aos responsáveis, bem como a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, assim como a proibição de contratar com o poder público, podendo ter impacto negativo nas receitas da Companhia ou, ainda, dificultar a captação de recursos junto ao mercado financeiro.

i) Países estrangeiros onde o emissor atue:

Não aplicável, pois a Companhia não atua em outros países.

j) Questões sociais:

A população pode reagir negativamente à cobrança de pedágio e aos reajustes periódicos de tarifas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A prática de operação de rodovias por concessionárias do setor privado é relativamente recente no Brasil. Desde a implementação dos programas de concessão de rodovias, a cobrança de tarifas, que anteriormente ocorria em poucas estradas brasileiras, tem aumentado. Em decorrência da disseminação da cobrança de pedágios, houve um aumento nas reações negativas por parte dos usuários, que envolveram, inclusive, bloqueio de estradas na tentativa de pressionar o governo a reduzir as tarifas cobradas ou isentar determinados usuários do pagamento de pedágio. Esses protestos podem afetar as decisões das autoridades concedentes no tocante às tarifas de pedágio, assim como podem reduzir a receita dispersando o tráfego de vias pedagiadas. Esses fatores podem afetar negativamente os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

k) Questões ambientais:

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores investimentos de capital.

As operações da Companhia estão sujeitas a extensa legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente, que sujeitam a Companhia à obtenção de licenças e autorizações de autoridades governamentais para determinadas atividades que desenvolve, bem como à observância de diversos padrões ambientais no decorrer de suas operações. O cumprimento da legislação ambiental aplicável às atividades da Companhia, bem como das condições e obrigações ambientais pactuadas nos contratos de concessão, é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância destas normas e disposições contratuais. Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas pecuniárias de valor elevado, a suspensão e revogação de licenças, a suspensão temporária ou definitiva das atividades da Companhia e até mesmo a imposição de embargo e demolição de obras. As exigências ambientais adicionais que venham a ser impostas no futuro em razão de alterações na legislação ambiental ou nos impactos ambientais das atividades da Companhia, assim como a incapacidade de obter as licenças e autorizações necessárias, pode exigir que a Companhia incorra em custos adicionais significativos, incrementando o valor dos investimentos já planejados. Tais alterações podem ter efeito material adverso relevante sobre a condição financeira da Companhia e sobre seus resultados. Além disso, a inobservância da legislação relativa à proteção do meio ambiente, como, por exemplo, na hipótese de ausência de licenças ambientais que sejam exigidas para as atividades da Companhia, pode implicar a imposição de sanções penais, sem prejuízo das sanções administrativas e da obrigação civil de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados, ou o pagamento de indenização, quando a reparação do dano não for possível. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, penas privativas de liberdade aos responsáveis, bem como a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, assim como a proibição de contratar com o poder público, o que pode ter impacto negativo nas receitas da Companhia e/ou inviabilizar suas captações de recursos junto ao mercado financeiro. As atividades da Companhia podem estar localizadas em zonas ou regiões que apresentam relevante interesse ambiental e cultural, sujeitando-se à observância de restrições e normas ambientais específicas. Ademais, a operação dos empreendimentos da Companhia também se sujeita às normas de

4.1 Descrição dos fatores de risco

ordenamento territorial, bem como às restrições impostas pela criação de espaços territorialmente protegidos, podendo resultar, por exemplo, em conflitos de compatibilidade com unidades de conservação, acarretando no aumento dos investimentos necessários para mitigação e compensação de impactos ambientais decorrentes das atividades da Companhia. Os atrasos ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação de licenças, assim como a eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais e demais autoridades envolvidas no processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos empreendimentos da Companhia. A inobservância da legislação ambiental ou das obrigações que a Companhia assumiu por meio de termos de ajustamento de conduta, acordos judiciais e extrajudiciais, poderá causar impacto adverso relevante na imagem, nas receitas e nos resultados operacionais da Companhia.

l) Questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição:

Mudanças climáticas podem ocasionar danos às rodovias administradas pela Companhia, resultando em custos adicionais. Inclusive, as rodovias da Companhia estão localizadas em algumas regiões sujeitas a riscos de acidentes geológicos.

A ocorrência de mudanças climáticas relevantes, tais como inundações e erosões, causados pelo aumento de chuvas ou de outros agentes erosivos, podem demandar novos investimentos além dos planejados pela Companhia. Além disso, as rodovias da Companhia passam por algumas áreas que estão sujeitas a riscos de acidentes geológicos decorrentes de chuvas intensas e irregularidades naturais do solo, dentre outros fatores. O aumento significativo do nível de chuvas em determinada região pode acarretar em desmoronamentos, deslizamentos e quedas de barreiras, com a consequente interdição de pistas. A ocorrência de tais fenômenos pode resultar na redução do tráfego nos trechos atingidos e/ou na dificuldade da utilização adequada das pistas, o que pode afetar adversamente os negócios da Companhia. Além disso, condições climáticas adversas podem interferir no cronograma de execução dos projetos, o que pode levar ao adiamento não planejado nos cronogramas dos projetos e de investimentos da Companhia, o que pode impactar adversamente seus negócios. Caso a Companhia não seja capaz de adaptar-se satisfatoriamente a eventuais mudanças climáticas, mantendo o nível de qualidade de suas rodovias e serviços face às condições climáticas adversas e dos danos provocados em decorrência da alteração dessas condições, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

m) Outras questões não compreendidas nos itens anteriores:

A Companhia não possui outras questões não compreendidas nos itens anteriores.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

1. O aumento inesperado dos custos de construção e manutenção pode afetar negativamente a condição financeira da Companhia e o seu resultado operacional.
2. A Companhia está sujeita a riscos relacionados a disputas judiciais e administrativas.
3. A maior parte dos bens da Companhia está vinculada à prestação de serviços públicos, assim, esses bens não estarão disponíveis em caso de recuperação extrajudicial ou judicial ou falência, nem poderão ser objeto de penhora para garantir a execução de decisões judiciais.
4. A Companhia possui endividamento financeiro e poderá buscar novos contratos financeiros, caso entenda oportuno ou necessário. O endividamento financeiro da Companhia pode restringir sua capacidade de obter novos empréstimos, assim como impor restrições e obrigações à Companhia, tais como a manutenção de índices financeiros e o dever de observar hipóteses de vencimento antecipado da dívida.
5. Os seguros contratados pela Companhia podem ser insuficientes para cobrir os danos decorrentes de um eventual sinistro.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de mercado em função de suas atividades. Esses riscos envolvem, principalmente, mudanças adversas na política econômica, em taxas de juros, inflação (índices de preços) e taxas de crescimento (PIB).

A inflação e os esforços do Governo Federal de controle à inflação poderão contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, podendo prejudicar as atividades, capacidade de pagamento da Companhia.

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram um efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Desde a introdução do Plano Real, em julho de 1994, a inflação brasileira tem sido substancialmente menor do que nos anos anteriores. A taxa anual de inflação:

- i. medida pelo Índice Geral de Preços Mercado (“IGP-M”) foi de 5,45% e -3,18% em 2022 e 2023 respectivamente;
- ii. medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) foi de 5,79% e 4,62% em 2022 e 2023, respectivamente.

As medidas do Governo Federal para controle da inflação frequentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva com altas taxas de juros, restringindo, assim, a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Como consequência, as taxas de juros têm flutuado de maneira significativa.

Futuras medidas do Governo Federal, inclusive aumento das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão ser utilizadas no controle inflacionário do país.

O Governo Federal poderá optar por elevar as taxas de juros oficiais. A alta na taxa de juros pode ter um efeito adverso nas atividades, e capacidade de pagamento da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos de inflação, uma vez que suas obrigações financeiras estão indexadas a taxas flutuantes

A Companhia está exposta ao risco de inflação, uma vez que suas obrigações financeiras estão atreladas a taxas flutuantes (IPCA). O saldo contábil da dívida da Companhia indexada ao IPCA em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 424.042 mil.

A instabilidade política pode prejudicar o resultado operacional da Companhia.

O desempenho da economia brasileira tem sido historicamente influenciado pelo cenário político nacional. No passado as crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, resultando na desaceleração da economia. As incertezas e especulações sobre as medidas do novo Governo Federal podem influenciar a percepção dos investidores com relação ao risco no Brasil e poderão ter um efeito significativamente adverso sobre os negócios e/ou resultados operacionais da Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Seção 4.4 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

As provisões para contingências são contabilizadas pela Companhia de acordo com a deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 25 sobre provisões, passivos, contingências passivas e contingências ativas. Em observância ao referido pronunciamento, a Companhia constitui provisão para os processos cuja estimativa de perda é provável.

A Companhia é parte em processos administrativos (de natureza sancionatória) e judiciais pendentes de resolução e correspondentes a casos administrativos outros (exceto trabalhista ou tributários), cíveis, trabalhistas (inclusos administrativos) e tributários (inclusos administrativos).

A Administração constituiu, com base na opinião dos advogados responsáveis pelos casos, uma provisão para cobrir as perdas prováveis que possam decorrer de referidos casos e estima que sua decisão final não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado de suas operações.

Em complemento a análise com a classificação de perda ou êxito, conforme o caso, a Companhia apresenta abaixo os processos considerados relevantes por valor (maior do que R\$12MM), independentemente da sua classificação de probabilidade. O critério de relevância adotado pela companhia para divulgação dos processos descritos abaixo levou em conta os valores de tais casos e a capacidade de impactar de forma significativa o caixa da Companhia e/ou outros fatores que poderiam influenciar a decisão do público investidor.

Processos Cíveis – Contingência Passiva

PROCESSO: 0118995-42.2010.8.13.0338	
a. Juízo	2ª Vara Cível de Itaúna
b. Instância	2º
c. Data de instauração	25/11/2010
d. Partes no processo	Autor: Concessionária da Rodovia MG-50 S.A. Réu: Fundação Universidade de Itaúna
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$30.053.201,77
f. Principais fatos	ITV-27a32 - Desapropriação por utilidade pública, de área necessária a execução de obras na MG-050. Matrícula 49.258 e 49.259.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 10/01/2020 proferida sentença, com protocolo de Embargos de Declaração. Em 02/02/2021 Decisão acolhendo os Embargos Declaratórios para i) declarar incorporado ao patrimônio do DER/MG a área descrita na inicial e ii) determinar a incidência dos juros compensatórios de 6% ao ano desde a data da imissão na posse até a data do trânsito em julgado. Em 26/02/2021 protocolado recurso de apelação da Concessionária. Em 21/05/21 juntada de contrarrazões. Valor da indenização arbitrado em sentença: R\$ 14.083.000,00.
h. estágio do processo	Recursal - conhecimento

4.4 Processos não sigilosos relevantes

i. se a chance de perda é: provável, possível ou remota	Provável
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Em razão do valor do litígio
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda a Concessionária deverá arcar com o valor da condenação.

PROCESSO: 0089380-30.2014.8.13.0479	
a. Juízo	2ª Vara Cível de Passos
b. Instância	1ª
c. Data de instauração	03/06/2014
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de Minas Gerais Réu: Concessionária da Rodovia MG-50 S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$13.961.591,61
f. Principais fatos	Ação Civil Pública - KM 334 - Mata do Alvim - alegação de queimada, aos 18/09/2012, supostamente provocada por empresa contratada durante processo de reparo na pista.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. resumo das decisões de mérito proferidas	Trata-se de Ação Civil Pública discutindo a responsabilização da queimada ocorrida em 18/09/2012, supostamente provocada por empresa contratada durante processo de reparo na pista, que ocasionou incêndio de grandes proporções e a destruição de cerca de 160 hectares de Mata Atlântica e alto grau de comprometimento da fauna e flora. Em 13/11/19 - Aguardando encerramento da instrução processual para apresentação de alegações finais e conclusão para julgamento. Em 28/10/2021 Alegações Finais da Concessionária MG. 24/06/2022 - Despacho designando audiência virtual para o dia 25.08.2022 às 13:30 em atendimento ao pedido da Transcarneiro para que se ouça os profissionais responsáveis pela elaboração do laudo técnico. 11/08/2022 Despacho deferiu o pedido de Transcarneiro para que as testemunhas sejam intimadas por Oficial de Justiça. Em 18/08/2022 - Petição da Transcarneiro requerendo a redesignação de audiência. Em 23/08/2022 - Despacho determinando o cancelamento da audiência designada. Em 01/12/2022 - Manifestação do MP, na qual informa que já apresentou suas alegações finais e aguarda o julgamento da lide, no estado em que se encontra. 02/12/2022 - Designada audiência presencial para 15.02.2023 as 15:00hs. Realizada audiência de conciliação, na qual foi proferido despacho, intimando as partes para apresentarem alegações finais em memoriais. Em 03/08/2023 - processo julgado IMPROCEDENTE. Em 24/10/2023 Arquivamento definitivo do processo. 09/11/2023 Petição por Nascentes da Gerais, na qual requer o desarquivamento dos autos e a realização da remessa necessária ao Tribunal de Justiça. Em 07/12/2023 Proferido despacho que determinou a remessa dos autos ao TJMG, em remessa necessária. Em 18/12/2023 MP manifestou ciência acerca da remessa dos autos em remessa necessária.
h. estágio do processo	Conhecimento
i. se a chance de perda é: provável, possível ou remota	Remoto
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Em razão do valor do litígio
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda a Concessionária deverá arcar com o valor da condenação.

PROCESSO: 5003761-68.2016.8.13.0223	
a. Juízo	2ª Vara Cível de Divinópolis
b. Instância	1ª
c. Data de instauração	08/06/2016
d. Partes no processo*	Autor: Prumo Engenharia LTDA Réu: Concessionária da Rodovia MG-050 S.A.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$19.145.536,63
f. Principais fatos	Trata-se de ação de natureza indenizatória oriunda de contrato de empreitada de fornecedor – Desequilíbrio contratual
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Processo ainda em fase postulatória. Apresentação da contestação e reconvenção no dia 07/02/2017. Em 26/07/2019, proferida decisão oportunizando às partes especificarem provas que pretendem produzir. Em 23/07/2020 foi proferido o despacho saneador, no qual o juiz: a) Postergou a análise das prejudiciais meritórias arguidas (prescrição e decadência), por se confundem com o mérito; b) Declarou o processo saneado ante a existência de outras preliminares; c) Deferiu a produção de prova pericial técnica; d) Indeferiu a produção de provas documental e prova oral. Em fase de instrução para produção de prova pericial.
h. estágio do processo	Conhecimento
i. se a chance de perda é: provável, possível ou remota	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Em razão do valor do litígio
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de trânsito em julgado de sentença favorável aos autores, a Companhia deverá arcar com o valor da condenação a ser apurado.

PROCESSO: A-394/22	
a. Juízo	CAMARB
b. Instância	1º
c. Data de instauração	01/12/2022
d. Partes no processo	Autor: Concessionária da Rodovia MG-50 S.A. Réu: Estado de Minas Gerais e Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade - SEINFRA
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$14.616.299,67
f. Principais fatos	Arbitragem - Procedimento para anular a multa imposta no processo punitivo 1300.01.0000944/2019-54 em que fora apurado 369 dias de atraso com imposição de multa.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. resumo das decisões de mérito proferidas	Trata-se de uma arbitragem para anular autuação lavrada pelo Poder Concedente sob suposta violação ao Contrato de Concessão na ITV-50 (sigla da obra) - Apuração e verificação de multa em razão de atraso nas obras Penalidade: 71 dias de atraso - multa diária de 0,2% do valor da obra (valor base multa de R\$ 39.316,92) 20/03/21 Revisão da Penalidade diante da Decisão Of.SEINFRA/DGCON nº78/2021 que entendeu que ocorreram 369 dias de atraso. Em 01/12/22 Protocolo do pedido de instauração do procedimento Arbitral. Em 05/12/22 Comunicação à AGE sobre o pedido de instauração. Em 16/12/22 Manifestação da AGE que está de acordo com a instauração do procedimento e que a princípio, não pretende reconvir. Em 31/05/2023 Assinado Termo Arbitral, ocorrendo a suspensão do processo até 21/05/2024
h. estágio do processo	Conhecimento
i. se a chance de perda é: provável, possível ou remota	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Em razão do valor do litígio
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda a Concessionária deverá arcar com o valor da condenação.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

PROCESSO: 0118995-42.2010.8.13.0338	
a. Juízo	2ª Vara Cível de Itaúna
b. Instância	2º
c. Data de instauração	25/11/2010
d. Partes no processo	Autor: Concessionária da Rodovia MG-50 S.A. Réu: Fundação Universidade de Itaúna
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$30.053.201,77
f. Principais fatos	ITV-27a32 - Desapropriação por utilidade pública, de área necessária a execução de obras na MG-050. Matrícula 49.258 e 49.259.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 10/01/2020 proferida sentença, com protocolo de Embargos de Declaração. Em 02/02/2021 Decisão acolhendo os Embargos Declaratórios para i) declarar incorporado ao patrimônio do DER/MG a área descrita na inicial e ii) determinar a incidência dos juros compensatórios de 6% ao ano desde a data da imissão na posse até a data do trânsito em julgado. Em 26/02/2021 protocolado recurso de apelação da Concessionária. Em 21/05/21 juntada de contrarrazões. Valor da indenização arbitrado em sentença: R\$ 14.083.000,00.
h. estágio do processo	Recursal - conhecimento
i.se a chance de perda é: provável, possível ou remota	Provável
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Em razão do valor do litígio
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda a Concessionária deverá arcar com o valor da condenação.

Total: R\$ 30.053.201,77

A provisão é constituída somente para processos com chance de perda Provável.

4.6 Processos sigilosos relevantes

Seção 4.6 - Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos:

NÃO HÁ

4.7 Outras contingências relevantes

Seção 4.7 - Descrever outras contingências relevantes não abrangidas nos itens anteriores

a) Administrativos Outros (exceto trabalhista ou tributários)

A Companhia possui discussões de natureza administrativa sancionatória, que em sua maioria refletem autuações lavradas pelo Poder Concedente, em razão dos termos e condições do contrato de concessão.

Além destes casos, a Companhia também figura em inquéritos cíveis promovidos pelo Ministério Público de Minas Gerais com relação a direito ambiental.

b) Cíveis

A Companhia é parte em ações que, em sua maioria, envolvem pleitos indenizatórios promovidos pelos usuários da rodovia administrada pela Companhia. Em tais casos, muitas vezes, tem sido aplicada a teoria da responsabilidade objetiva, o que é combatido pela Companhia dentro do devido processo legal.

Além destes processos, a Companhia é parte em ações de indenização por desapropriação indireta, em alegada inutilização da parte remanescente não desapropriada ou em razão da proximidade da rodovia e também em ações com fornecedores, as quais discutem o cumprimento de contratos e retenções técnicas.

Existem ainda ações cíveis públicas ajuizadas pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais com relação a direito ambiental.

c) Trabalhistas

A Companhia possui discussões de natureza trabalhista, decorrentes de pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, de concorrentes ou outras pessoas jurídicas, relativos a horas extras, aviso prévio, adicional de insalubridade, grupo econômico, entre outros.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

5.2 Descrição dos controles internos

Item 5.2 - Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

- a) Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B
- b) Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B
- c) Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

A administração da Companhia entende que não há deficiências significativas apontadas no relatório dos auditores independente sobre os controles internos que asseguram a elaboração das demonstrações financeiras. Desta forma considerando a relevância e necessidade de informar, não há itens relevantes e deficiências significativas a serem divulgadas neste formulário de referência.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não há comentários dos diretores a respeito das deficiências apontadas no relatório dos auditores independentes sobre os controles internos que asseguram a elaboração das demonstrações financeiras.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Há um Código de Ética que estabelece os princípios que orientam nossas decisões e ações de acordo com nossa cultura de responsabilidade, legalidade, transparência e criação de valor de longo prazo para nossas partes interessadas e comunidades em geral.

O Código é parte integrante de um Sistema de Controle Interno e Gestão de Riscos (reavaliado semestralmente) mais abrangente. É uma ferramenta útil para criar e manter valores e integridade ao longo do tempo e consolidar a confiança e o espírito de equipe.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Mundys S.p.A. — do qual o grupo AB Concessões pertence - alinhada às best practices internacionais e em plena conformidade com a regulamentação aplicável, implementou, a partir de 2003, um processo de coleta e gestão de denúncias, que ao longo dos anos evoluiu, o que deu origem aos seguintes pilares:

- descentralização dos processos de gestão de denúncias nas Sociedades Subsidiárias em benefício da oportunidade e eficácia das suas análises;
- exclusividade dos canais de denúncias e Órgãos responsáveis pela análise das denúncias;
- fornecimento de mecanismos comuns para interceptar e gerenciar quaisquer conflitos de interesses no processo de gestão das denúncias;
- atribuição, sem prejuízo da colegialidade do Comitê de Ética, de papel de destaque à função do *Auditor Interno* de cada sociedade na gestão do processo, desde o recebimento da denúncia até a realização da investigação
- relatórios periódicos para os Órgãos de Controle pelo menos semestralmente. Em específico: (a) relatório estatístico relativo ao total das denúncias recebidas; (b) relatórios detalhados inerentes às denúncias de maior relevância.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

5.3 Programa de integridade

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Ética é dirigido aos membros dos órgãos de governança e controle, gerentes e empregados do grupo AB Concessões, a terceiros/parceiros de negócios (como fornecedores, consultores, representantes, parceiros comerciais, etc.), que trabalham conosco ou em nome e/ou no interesse do grupo AB Concessões.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

De acordo com nosso Código de Ética, a violação dos princípios e conteúdos do Código constitui uma violação das obrigações trabalhistas primárias ou uma infração disciplinar com consequências legais, incluindo a possível perda do emprego, dependendo da gravidade da infração. Também pode resultar em responsabilidade por danos decorrentes da própria violação.

Para todos os outros destinatários do Código de Ética, uma violação dos princípios e conteúdos do Código dará origem a recursos contratuais de acordo com as leis aplicáveis

☒ órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Ética adotado pelo grupo AB Concessões é o mesmo praticado pelas empresas do grupo Mundys — do qual o grupo AB Concessões pertence — e encontra-se registrado eletronicamente sob nº 2.238.604 de 04/10/22 e averbado no registro nº 2.175.759 de 01/03/2019 no Livro de Registro B deste 10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, também está disponível nos seguintes sites na Internet:

http://www.abconcessoes.com.br/pt-BR/Codigo_Etica

<https://www.mundys.com/en/governance/ethics-and-legality/code-of-ethics>

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

Há um órgão colegiado (Comitê de Ética) responsável pelo processo de gestão das denúncias, composto pelos gestores com as seguintes funções no grupo AB Concessões: Auditor Interno, Gerente de Recursos Humanos e Superintendente do Departamento Jurídico.

- ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

A fim de garantir a eficácia do processo de denúncia e fornecer **acesso amplo e indiscriminado a todos aqueles que desejam fazer uma denúncia**, o grupo AB Concessões disponibiliza uma pluralidade de canais alternativos para recebimento de manifestações, especificamente:

- acessível a todos os Denunciantes (Empregados, terceiros, etc.) no Canal de Denúncias (plataforma digital);

5.3 Programa de integridade

- e-mail, no endereço de e-mail: comite.etica@abconcessoes.com.br;
- correio físico no endereço AB Concessões, rua Leopoldo Couto Magalhães Junior, 758, 12º. Andar, conjunto 122, São Paulo – Capital.
- sempre que possível, o uso do primeiro canal (plataforma digital) é preferível para o maior benefício da rastreabilidade total em relação à tomada e gestão no tempo da denúncia por parte do grupo AB Concessões bem como para fins de gestão de qualquer necessidade de diálogo entre o Comitê de Ética e o Denunciante.

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

Sim. Embora denúncias anônimas sejam aceitas no grupo AB Concessões, o Grupo sugere que os denunciantes prefiram as denúncias identificadas, para o benefício da rapidez e eficácia das investigações. Todo o pessoal do grupo AB Concessões, envolvido em várias funções na gestão das denúncias, é obrigado a garantir a confidencialidade da existência e do conteúdo da denúncia, bem como a identidade dos Denunciantes (quando comunicados) e Denunciados.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

O COORDENADOR DO COMITÊ DE ÉTICA, representado pelo Auditor Interno, que dirige o end-to-end do processo de gestão das denúncias, do seu recebimento ao encerramento da investigação.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas.

Não houve caso de desvio, fraude, irregularidade e ato ilícito praticado contra a administração pública nos últimos 3 exercícios sociais encerrados em 2021, 2022 e 2023.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável

5.4 Alterações significativas

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
VIA APPIA CONCESSÕES S.A						
52.538.988/0001-40	Brasil	Não	Sim	27/05/2024		
Não						
1.414.737.102	100,000	0	0,000	1.414.737.102	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1.414.737.102	100,000	0	0,000	1.414.737.102	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
VIA APPIA CONCESSÕES S.A				52.538.988/0001-40	
VIA APPIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRAESTRUTURA					
49.750.515/0001-06	Brasil	Não	Não	27/05/2024	
Não					
1.023.760.000	100,000	0	0,000	1.023.760.000	100,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
1.023.760.000	100,000	0	0,000	1.023.760.000	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	27/05/2024
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

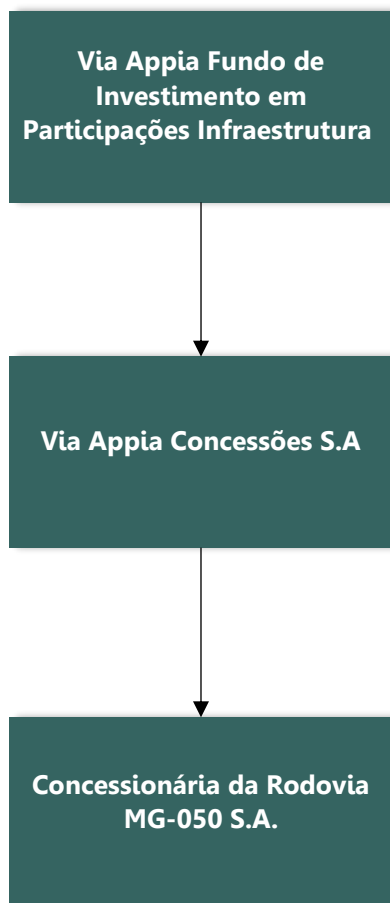
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

6.4 Participação em sociedades

A Companhia declara que não possui participação em sociedades.

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 Outras informações relevantes

Em complementação às informações prestadas nos itens 6.1/6.2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que a Starboard Asset Ltda. ("Starboard") é a gestora e exerce a gestão discricionária do Via Appia Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura, constituído nos termos da regulamentação aplicável da CVM ("FIP Via Appia"), fundo de investimento que detém 100,00% (cem por cento) das ações emitidas pelo veículo que controla a Companhia.

A gestão discricionária é exercida na forma da regulamentação emitida pelo Resolução CMN Nº 5.111 (o fundo é enquadrado como uma "entidade de investimento") e encontra-se também refletida no regulamento do FIP Via Appia, na medida em que, por exemplo, compete à Starboard a prática de todos os atos atrelados aos investimentos e desinvestimentos a serem realizados pelo fundo.

Além disso, na forma da regulamentação emitida pela CVM, o FIP Via Appia exerce o controle da Companhia, por meio, por exemplo, da indicação da maioria dos membros do seu Conselho de Administração, o que garante participação no seu processo decisório, com efetiva influência na definição da política estratégica e gestão.

Por fim, é importante destacar que o FIP Via Appia possui patrimônio líquido de R\$ 813.697.871,09, representado por 838.544,33 cotas, sendo certo há autorização dos cotistas para que este total atinja um valor de R\$1.205.760.000,00, a ser representado por 1.205.760 cotas.

Vale destacar que, na data deste Formulário de Referência, o capital integralizado do fundo é de R\$863.544.333,33, dividido em 863.544,33333 cotas, conforme item 6.1/6.2 acima.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

- a. Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

- b. Se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:**

i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

- c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

- d. Vide quadro**

- e. Se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal**

Não aplicável

- f. Papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima**

Não aplicável

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	7	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 9	0	9	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	0	0	0	0	0	2
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	0	0	0	0	7
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 9	0	0	0	0	0	0	9

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome ALMIR BITTENCOURT
PACELI JUNIOR **CPF:** 383.381.648-10 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 07/05/1990

Experiência Profissional: Formado em engenharia civil, com MBA no Insper, iniciou sua carreira atuando na construção civil. Nos últimos 12 anos vem atuado no seguimento de concessão de infraestrutura, dirigindo Concessionária de Saneamento e de Rodovias. Recentemente liderou umas das maiores recuperações judiciais do país, com a missão de reestruturar R\$ 8 bilhões em dívidas.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	27/05/2024	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		27/05/2024	Sim	27/05/2024

Nome	BERNARDO MONTEIRO LOBATO ZERKOWSKI FIGUEIREDO	CPF:	105.271.127-80	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Engenheiro	Data de Nascimento:	28/11/1989
-------------	---	-------------	----------------	--------------------	--	-----------------------	--------	--------------------	------------	----------------------------	------------

Experiência Profissional: O Sr. Bernardo Monteiro Lobato Zerkowski Figueiredo possui mais de quinze anos de experiência nos setores de Private Equity e Wealth Management e atualmente ocupa o cargo de Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores na Via Appia Concessões, além de ser sócio na Starboard Partners, onde auxilia e coordena processos de análise financeira e iniciativas de investimento da referida companhia. Anteriormente, ocupou o cargo de diretor na área de Wealth Management no BTG Pactual por três anos, onde auxiliou a gestão de patrimônio dos clientes do banco. Também foi membro do conselho da Bemisa - Brasil Exploração Mineral S.A. por dois anos e, por quase nove anos, trabalhou na Opportunity, onde alcançou a posição de sócio associado e serviu como Head da área de Wealth Management. É formado em Engenharia de Produção pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e possui uma especialização em Direito Corporativo e Mercados de Capitais pelo IBMEC. Possui as certificações CGA e CGE da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), além de CFP.

O Sr. Bernardo Monteiro Lobato Zerkowski Figueiredo, na data deste formulário de referência, ocupa os cargos de Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relação com Investidores da Companhia, sendo que no quadro abaixo os campos "data da eleição", "data de posse" e "prazo do mandato" referem-se a ambos os cargos.

O Sr. Bernardo Monteiro Lobato Zerkowski Figueiredo não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a qualquer (a) condenação criminal, (b) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	27/05/2024	2 anos	Diretor de Relações com Investidores		27/05/2024	Sim	27/05/2024

Nome BRENDON AZEVEDO RAMOS **CPF:** 116.532.387-71 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 06/06/1995

Experiência Profissional: O Sr. Brendon Azevedo Ramos possui mais de dez anos de experiência em atividades de buy-side, gestão de ativos e sell-side e atualmente ocupa o cargo de Diretor Presidente na Via Appia Concessões, além de ser Sócio na Starboard Partners. Na Starboard Partners, também já ocupou os cargos de Chief Operating Officer (COO) e Chief Risk Officer (CRO). Antes de ingressar na Starboard Partners, trabalhou na Fundação Atlântico, onde realizou análises de buy-side e gestão de portfólio e riscos, com foco em private equity e crédito estruturado. Antes de trabalhar na Fundação Atlântico, teve experiência em uma boutique focada em sell-side imobiliário, envolvendo-se com precificação, relações com investidores, corretagem, bem como consultoria de negócios, abordando planejamento estratégico e estudos de viabilidade. Além de gestão de investimentos e transações de mercados de capitais, esteve envolvido em reestruturações de dívidas judiciais e consensuais. É bacharel em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e pós-graduado em Direito Corporativo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ).
O Sr. Brendon Azevedo Ramos, atualmente, ocupa o cargo de Diretor Presidente da Companhia.
O Sr. Brendon Azevedo Ramos não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a qualquer (a) condenação criminal, (b) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	27/05/2024	2 anos	Diretor Presidente / Superintendente		27/05/2024	Sim	27/05/2024

Nome Carlos José Rolim de Mello **CPF:** 075.711.958-10 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 27/01/1965

Experiência Profissional: Reconhecido como um dos maiores especialistas em fusões e aquisições (M&A) do país, Mello participou de operações importantes e complexas no Brasil e no exterior, como a venda da unidade de lácteos da BRF para a Parmalat, a aquisição da Companhia Providência por empresa investida de fundos do Blackstone e a aquisição da Ipiranga pela Ultrapar. Antes de fundar o Mello Torres, foi head da área de fusões e aquisições (M&A) no Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, onde atuou por mais de 20 anos. Sua experiência internacional inclui a atuação como associado nos escritórios do Chadbourne & Parke LLP e Skadden, Arps, Slate, Meagher & Flom LLP, em Nova York.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	27/05/2024	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		27/05/2024	Sim	27/05/2024

Nome Edwyn Neves **CPF:** 041.251.829-57 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 28/02/1983

Experiência Profissional: Edwyn Neves é sócio do grupo BGT Pactual. Ingressou no banco em agosto de 2008 como membro do time de Private Equity. Antes de ingressar no BGT Pactual, trabalhou na divisão de investment banking do Credit Suisse no Brasil e foi membro da equipe brasileira de private equity do Advent International. Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV SP).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	27/05/2024	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		27/05/2024	Sim	27/05/2024

Nome Fabio Vassel **CPF:** 271.571.158-16 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Empresário **Data de Nascimento:** 11/11/1976

Experiência Profissional: O Sr. Fabio Vassel é sócio fundador da Starboard Partners com mais de 25 anos de experiência trabalhando com investimentos em situações especiais e assessoria de reestruturação na América Latina, América do Norte e Europa. Foi sócio e responsável pela área de reestruturação e Special Situations no Brasil Plural e, anteriormente, trabalhou na Jefferies (Zurique e Londres), Nomura (Londres) e UBS Investment Bank (Nova York e Londres). Como assessor financeiro possui experiência em reestruturas de companhias em diversos setores, incluindo indústrias, construção naval, EPC, infraestrutura, farmacêutico, petróleo e gás, telecomunicações, instituições financeiras, publicidade e imobiliário, em escala global, incluindo Brasil, Estados Unidos, Reino Unido, Espanha, Suíça, Alemanha, Islândia, França, Grécia, Polônia, República Tcheca e Letônia. Possui MBA pela Wharton School, da Universidade da Pensilvânia, e bacharelado em Administração pela Universidade de São Paulo (FEA-USP).
O Sr. Fábio Vassel, atualmente, ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia.
O Sr. Fábio Vassel Ramos não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a qualquer (a) condenação criminal, (b) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	27/05/2024	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		27/05/2024	Sim	27/05/2024

Nome Marcus Vinicius Gomes Bitencourt **CPF:** 079.268.757-40 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 07/08/1978

Experiência Profissional: O Sr. Marcus Vinicius Gomes Bitencourt é sócio sênior e Diretor Executivo na Starboard Partners, sendo responsável por conduzir a execução de transações de investimento. Antes de ingressar na Starboard Partners, foi sócio sênior no escritório Campos Mello Advogados (“CMA”) em cooperação com o DLA Piper, ocupando os cargos, no CMA, de Co-head de M&A, Head de private equity, além de Co-head LATAM de M&A do DLA Piper. Possui mais de 20 anos de experiência assessorando transações corporativas, auxiliando investidores brasileiros e estrangeiros em investimentos em special situations, por meio de veículos de investimento em mercados de capitais, reestruturação de dívidas, M&A's, captação de recursos para fundos de investimento em participações (FIP), entre outros. Possui certificação em Private Equity Creating Value pela Wharton School da Universidade da Pensilvânia, certificação em investment banking pela School of Continuing and Professional Studies da Universidade de Nova York (NYU); especialização em Direito Corporativo e Mercado de Capitais, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV); pós-graduação em Direito Empresarial, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV); e graduação em Direito pela Universidade Candido Mendes (UCAM).
O Sr. Marcus Vinicius Gomes Bitencourt, atualmente, ocupa o cargo de Membro do Conselho de Administração da Companhia.
O Sr. Marcus Vinicius Gomes Bitencourt não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	27/05/2024	2 anos	Presidente do Conselho de Administração		27/05/2024	Sim	27/05/2024

Nome MIGUEL CHRISTIANI RAMOS **CPF:** 055.949.687-76 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 05/12/1983

Experiência Profissional: Sócio da área de Societário e M&A do BMA, com mais de 15 anos de experiência em transações de fusões e aquisições e litígios societários. Miguel atuou em transações e litígios nas mais diversas indústrias como energia, saúde, bens de consumo, serviços, óleo e gás, tecnologia, construção civil, publicidade e infraestrutura. Já atuou em aquisições alavancadas, compra e venda de ativos de alto risco, na defesa de companhias abertas contra ofertas hostis, e em reorganizações societárias, além de participar de uma das maiores operações de project finance realizadas no setor de energia renovável no Brasil. Miguel atuou como advogado visitante na área de fusões e aquisições do escritório Skadden & Arps em Nova Iorque e é mestre (LL.M) em direito corporativo pela Universidade de Nova Iorque.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	27/05/2024	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		27/05/2024	Sim	27/05/2024

Nome	WARLEY ISAAC NOBOA PIMENTEL	CPF:	245.543.518-07	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Economista	Data de Nascimento:	18/05/1974
-------------	-----------------------------	-------------	----------------	--------------------	--	-----------------------	--------	--------------------	------------	----------------------------	------------

Experiência Profissional: O Sr. Warley Isaac Noboa Pimentel é sócio fundador da Starboard Partners e possui mais de 30 anos de experiência trabalhando em recapitalização e reestruturação, private equity, M&A e consultoria estratégica. Esteve envolvido em processos de turnaround de companhias e ocupou cargos de gestão interina. Também assessorou clientes em reestruturções, M&A's em situações de distress, captação de recursos, investimentos proprietários e integração de negócios. Foi CEO da Colombo e da Inepar. Antes de ingressar na Starboard Partners, foi Co-Head de reestruturação e situações especiais no Brasil Plural, onde também atuou como pessoa-chave e membro do Comitê de Investimento. Antes do Brasil Plural, foi sócio de um fundo brasileiro de fusões e aquisições em situação de crise, focado em segmentos industriais. Co-fundou e liderou uma gestora de private equity especializada em investimento e operações em Companhias de tecnologia inovadoras na América Latina e na Península Ibérica. Foi consultor sênior na Bain & Company. Trabalhou na PricewaterhouseCoopers, Banco Matrix e Santander Central Hispano em finanças corporativas, M&A, subscrição de valores mobiliários e gestão de fundos offshore. Possui um MBA pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT).

O Sr. Warley Isaac Noboa Pimentel, atualmente, ocupa o cargo de Membro do Conselho de Administração da Companhia.

O Sr. Warley Isaac Noboa Pimentel não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a qualquer (a) condenação criminal, (b) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	27/05/2024	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		27/05/2024	Sim	27/05/2024

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui comitês

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

7.7 Acordos/seguros de administradores

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

7.8 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

8.1 Política ou prática de remuneração

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

8.2 Remuneração total por órgão

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A remuneração da diretoria estatutária é paga pela controladora da Companhia. Item 8.19. O conselho de administração não é remunerado pela Companhia

8.3 Remuneração variável

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. Órgão

Não aplicável

b. Número total de membros

Não aplicável

c. Número de membros remunerados

Não aplicável

d. Data de outorga

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

e. Quantidade de opções outorgadas

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

f. Prazo para que as opções se tornem exercíveis

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

g. Prazo máximo para exercício das opções

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

h. Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

i. Valor justo das opções na data da outorga

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

j. Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

8.7 Opções em aberto

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

8.10 Outorga de ações

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

8.12 Precificação das ações/opções

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

8.13 Participações detidas por órgão

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

8.14 Planos de previdência

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	Exercício social encerrado em 31.12.2022	Exercício social encerrado em 31.12.2021	Exercício social encerrado em 31.12.2020
Diretoria Estatutária	0%	0%	0%
Conselho de Administração*	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-

* Os membros do Conselho de Administração da Companhia não recebem remuneração pelo exercício de suas atividades.

8.18 Remuneração - Outras funções

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

a) Diretoria Estatutária

A remuneração da diretoria estatutária da Companhia foi paga pela holding controladora AB Concessões S.A., conforme quadro abaixo:

Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	2023	2022	2021
Controladores diretos e indiretos	3.435.594,42	R\$ 2.736.499,44	R\$ 2.450.792,80

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	2023	2022	2021
Bônus	841.500,00	R\$ 673.200,00	-
Outros			-

Os valores pagos a títulos de bônus à diretoria estatutária foram definidos com base em métricas de curto e longo prazo.

b) Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia não recebe nenhum tipo de remuneração.

8.20 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004189		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0001-29	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
09/05/2023	09/05/2023		
Descrição dos serviços prestados			
<p>Auditoria: execução de serviços de auditoria, com a finalidade de emitir relatório de auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.</p> <p>Revisão das Informações contábeis intermediárias: execução de serviços de revisão de informações contábeis intermediárias, com a finalidade de emitir um relatório de revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias, que contemple o balanço patrimonial em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três, seis e nove meses a findarem-se naquelas datas, incluindo as notas explicativas, de acordo com o CPC 21(R1).</p>			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Auditoria e Revisão das Informações contábeis intermediárias: R\$ 226.859,80			
Justificativa da substituição			
Não aplicável, pois não houve substituição do último auditor			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável, pois não houve substituição do último auditor			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3- Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes.

Não aplicável.

Para a asseguarção do Covenants “Os serviços objeto do presente, não alteram em nada a responsabilidade do auditor por quaisquer relatórios de auditoria eventualmente emitidos sobre quaisquer demonstrações financeiras da Companhia.”

9.4 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

10.1 Descrição dos recursos humanos

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

10.2 Alterações relevantes

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

10.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

11.1 Regras, políticas e práticas

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AB Concessões S.A.	31/12/2012	8.228.528,56	2.801.000,00	2.801.000,00	Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Refere-se à prestação de serviço contábil, financeiro, fiscal, recursos humanos e jurídico mediante contrato específico que definiu os serviços a serem realizados assim como o preço					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Contrato de compartilhamento de serviços administrativos					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses

Não aplicável

o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Não aplicável

11.3 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
28/12/2023		861.447.594,41	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
1.471.879.959	0	1.471.879.959	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
28/12/2023		861.447.594,41	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
1.471.879.959	0	1.471.879.959	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
28/12/2023		861.447.594,41	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
1.471.879.959	0	1.471.879.959	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	5ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES
Data de emissão	04/06/2021
Data de vencimento	15/12/2030
Quantidade	400.000
Valor nominal global R\$	400.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	424.041.744,84
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>O valor a ser pago pela Emissora em relação a cada uma das Debêntures, no âmbito do Resgate Antecipado Facultativo, será equivalente ao valor indicado nos itens I ou II abaixo, entre os dois, o que for maior ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo"):</p> <p>(I) ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures acrescido (a) dos Juros Remuneratórios, calculado, pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); (b) dos Encargos Moratórios, se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures; ou</p> <p>(II) o valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado e dos Juros Remuneratórios, utilizando como taxa de desconto o cupom do título Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com duration mais próximo à duration remanescente das Debêntures e acrescido de encargos e outras obrigações pecuniárias eventualmente devidos e não pagos até a Data do Resgate Antecipado Facultativo.</p> <p>O Resgate Antecipado Facultativo poderá ser realizado apenas em períodos de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias, ou outro período que venha a ser legalmente permitido, nos termos da Lei 12.431, da regulamentação do CMN ou de outra legislação ou regulamentação aplicável, contados do primeiro Dia Útil após ser alcançado o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos entre a Data de Emissão e a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, calculado nos termos da Resolução CMN 3.947.</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>Nos termos da Resolução do CMN nº 4.751, de 26 de setembro de 2019, conforme alterada ("Resolução CMN 4.751") ou de outra forma, desde que respeitado o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data efetiva do resgate antecipado, nos termos do inciso I, do artigo 1º, da Resolução CMN 4.751 e calculado nos termos da Resolução CMN 3.947, a Emissora poderá, desde que não tenha sido declarado o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, observados os termos e condições a seguir, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures, nos termos da legislação aplicável.</p>

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

A Assembleia Geral de Debenturistas poderá, por deliberação favorável (a) em primeira convocação, por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; e (b) em segunda convocação, por Debenturistas representando, no mínimo, 70% (setenta por cento) dos presentes, desde que representem, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) mais uma das Debêntures em Circulação, na referida Assembleia Geral de Debenturistas, aprovar qualquer modificação relativa às características das Debêntures que impliquem em alteração: (i) dos Juros Remuneratórios, (ii) das Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer valores previstos nesta Escritura, (iii) das Datas de Vencimento das Debêntures e da vigência das Debêntures, (iv) dos valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures, (v) da redação de quaisquer dos eventos Vencimento Antecipado; (vi) da alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Escritura, (vii) das disposições desta Cláusula, (viii) das Garantias, (ix) criação de evento de repactuação, e (x) de disposições relativas a resgate antecipado facultativo ou amortizações antecipadas facultativas.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	4467	26	44

12.5 Mercados de negociação no Brasil

As Debêntures serão devidamente registradas para: (i) distribuição no mercado primário por meio: (a) do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos (“DDA”), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTVM (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação no mercado secundário, por meio: (a) do Cetip21 – Títulos e Valores Mobiliários (“Cetip21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, e (b) do Sistema Bovespa Fix (“Bovespa Fix”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

12.9 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
JOSE RENATO RICCIARDI	Diretor Presidente	Substituído	
ALEXANDRE TUJISOKI	Diretor de Relações com Investidores	Substituído	

c) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da

13.1 Declaração do diretor presidente do Emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

20^o Tabelião
visto



Rod. MG-050 - Nascentes das Gerais

José Renato Ricciardi
Diretor Presidente

20^o notário Jeremias
Rua Joaquim Floriano, 889 - Itaim Bibi
São Paulo - SP - cep 04534-013 - fone: 11 3078-1836

ANDRÉ RIBEIRO JEREMIAS
tabelião

Reconheço por semelhança a firma sem valor econômico de JOSE RENATO RICCIARDI e dou fe.*****
Selo(s): S11077AB462490
SÃO PAULO, 24 de Maio de 2024, Hr. 10:35 Cód. [24052024-00000311]
Em Testemunho da verdade. Vr. R. B. 27
MAYARA JACKELINE DIAS BATISTA - ESCRIVENTE
Valido Somente com o Selo de Autenticidade

20^o TABELIÃO DE NOTARIADO
cartório
Mayara Jackeline Dias Batista
Escrivente Autorizada
Rua Joaquim Floriano, 889 - Itaim Bibi - SÃO PAULO

Colégio Notarial do Brasil - Seção Itaim - SP
12284
FIRMA 1
S11077AB0462490




Av. Joaquim André, 111
Divinópolis - MG - CEP 32229-0050
abnascentesdasgerais.com.br



13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação das atividades do Emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

[Handwritten signature in blue ink]

20º Tabelião
visto

Rod. MG-050 - Nascentes das Gerais

Alexandre Tujisoki
Diretor de Relações com Investidores

2º notário Jeremias **Rua Joaquim Floriano, 889 - Itaim Bibi** **ANDRÉ RIBEIRO JEREMIAS**
São Paulo - SP - cep 04534-013 - fone: 11 3078-1836 **tabelião**

Reconheço por semelhança 01 firma sem valor econômico de ALEXANDRE TUJISOKI e dou fe. * * * * *

Seio(s): S11077AB462488

SÃO PAULO, 24 de Maio de 2024, Hr. 10:35 Cod. F. 24052024-0000031]

Em Testemunho da verdade, Vr. R\$8,23

MAYARA JACKELINE DIAS BATISTA Escrevente

Valido Somente com o Selo de Autenticidade



Av. Joaquim Andre, 301 - Santa Clara
 Diamantina - MG - CEP 35501-711
 Tel: 37 3229 0050
 abnascentesdasgerais.com.br



13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
BERNARDO MONTEIRO LOBATO ZERKOWSKI FIGUEIREDO	Diretor de Relações com Investidores
BRENDON AZEVEDO RAMOS	Diretor Presidente

13.2 Declaração do diretor presidente

Declaração – Diretor Presidente

O Diretor Presidente da Companhia declara que:

- a) Reviram as informações que foram atualizadas no formulário de referência após a data de sua posse.
- b) Todas as informações que foram atualizadas no formulário, após a data de sua posse, atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG-050 S.A.

BRENDON AZEVEDO RAMOS
Diretor Presidente

13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

Declaração – Diretor de Relações com Investidores

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia declara que:

- a) Reviram as informações que foram atualizadas no formulário de referência após a data de sua posse.
- b) Todas as informações que foram atualizadas no formulário, após a data de sua posse, atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG-050 S.A.

BERNARDO MONTEIRO LOBATO ZERKOWSKI FIGUEIREDO
Diretor de Relações com Investidores